

Edições UNESCO **BRASIL**

**JUVENTUDE, VIOLÊNCIA E
VULNERABILIDADE SOCIAL
NA AMÉRICA LATINA:
DESAFIOS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS.**

Miriam Abramovay
Mary Garcia Castro
Leonardo de Castro Pinheiro
Fabiano de Sousa Lima
Cláudia da Costa Martinelli



Edições UNESCO **BRASIL**

JUVENTUDE, VIOLÊNCIA E VULNERABILIDADE SOCIAL NA AMÉRICA LATINA: DESAFIOS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS.

Miriam Abramovay - Consultora - BID

Mary Garcia Castro - Pesquisadora - UNESCO

Leonardo de Castro Pinheiro - Assistente de pesquisa - UNESCO

Fabiano de Sousa Lima - Assistente de pesquisa - UNESCO

Cláudia da Costa Martinelli - Assistente de pesquisa - UNESCO



Conselho Editorial

Jorge Werthein
Maria Dulce Almeida Borges
Célio da Cunha

Comitê para a Área de Ciências Sociais e Desenvolvimento Social

Julio Jacobo Waiselfisz
Marlova Jovchelovitch
Carlos Alberto Vieira
Maria das Graças Rua

Revisão: Reinaldo Lima

Assistente Editorial: Larissa Vieira Leite

Projeto Gráfico: Edson Fogaça

© UNESCO, 2002

Abramovay, Miriam

Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina:
desafios para políticas públicas / Miriam Abramovay et alii. – Brasília :
UNESCO, BID, 2002.
192 p.

1. Juventude – Problemas Sociais -América Latina 2. Juventude e
Violência – América Latina 3. Juventure e Políticas Públicas – América Latina
I. UNESCO III. Título.

CDD 305.23

Division of Women, Youth and Special Strategies
Youth Coordination Unit/UNESCO - Paris



Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Representação no Brasil
SAS, Quadra 5 Bloco H, Lote 6,
Ed. CNPq/IBICT/UNESCO, 9º andar.
70070-914 - Brasília - DF - Brasil
Tel.: (55 61) 321-3525 • Fax: (55 61) 322-4261
E-mail: UHBRZ@unesco.org

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	7
Apresentação.....	9
Abstract.....	11
Introdução.....	13
1. Violência e Vulnerabilidade: literatura e conceitos.....	17
1.1. Explorando a literatura sobre violência.....	17
1.2. Algo sobre violência e Brasil na literatura recente.....	22
1.3. A abordagem analítica da vulnerabilidade social.....	28
2. A situação da juventude latino-americana.....	33
2.1. A Vulnerabilidade social através dos dados.....	33
2.1.1. Pobreza e Demografia.....	34
2.1.2. Educação.....	38
2.1.3. Trabalho.....	45
2.1.4. Saúde sexual e reprodutiva.....	50
2.1.5. Lazer.....	53
2.2. A vulnerabilidade social e o fomento da violência juvenil.....	55
2.3. A violência na América Latina, com especial referência aos jovens.....	58
3. O combate da vulnerabilidade social por intermédio do aumento do capital social.....	63
3.1. A importância do capital social no combate à vulnerabilidade social e à violência.....	63
3.2. Desenvolvendo políticas públicas de combate à vulnerabilidade social e à violência juvenil.....	66
4. Recomendações.....	73
Referências bibliográficas.....	79
Lista de Siglas.....	86
Lista de Tabelas.....	86
Lista de Quadros.....	88
Nota sobre os autores.....	91

AGRADECIMENTOS

A Matias Spektor por suas contribuições e críticas ao trabalho.

A Lorena Vilarins, Diana Barbosa e Danielle Valverde pela colaboração.

A Soraya Almeida pela leitura criteriosa do trabalho.

APRESENTAÇÃO

Entre os diversos problemas e questões cruciais que continuam a desafiar as políticas de desenvolvimento social na América Latina, seguramente uma das mais importantes é a da juventude. O expressivo contingente de jovens existentes no conjunto geral da população, somado ao aumento da violência e da pobreza e ao declínio das oportunidades de trabalho, estão deixando a juventude latino-americana sem perspectivas para o futuro, sobretudo o segmento de jovens que está sendo vítima de situações sociais precárias e aquém das necessidades mínimas para garantir uma participação ativa no processo de conquista da cidadania.

Em decorrência desse quadro, alguns organismos e agências internacionais, entre eles o BID e a UNESCO, colocaram o desafio da juventude em suas agendas prioritárias de ações. Como desdobramento dessa postura, inúmeros estudos, pesquisas e debates têm sido promovidos com o objetivo de aprofundar a reflexão e encontrar alternativas viáveis que possam subsidiar as políticas sociais dos países do continente. O processo conjugado de pesquisas e de debates interdisciplinares é indispensável na medida em que permite verticalizar a abordagem e abrir caminhos para projetos de intervenção de repercussão coletiva. Os recursos são limitados e não se pode mais caminhar ao meio de incertezas que caracterizam políticas improvisadas, desarticuladas e de efeitos meramente sazonais. Há a necessidade de um enfoque multidimensional devido à multiplicidade de fatores que interagem "formando complexas redes causais".

O presente estudo sustenta que a violência sofrida pelos jovens possui fortes vínculos com a vulnerabilidade social em que se encontra a juventude nos países latino-americanos, dificultando por conseguinte o seu acesso às estruturas de oportunidades disponíveis nos campos da saúde, educação, trabalho, lazer e cultura. O contingente de jovens em situação de vulnerabilidade, "aliada às turbulentas condições socioeconômicas de muitos países latino-americanos ocasiona uma grande tensão entre os jovens que agrava diretamente os processos de integração social e, em algumas situações, fomenta o aumento da violência e da criminalidade". Em conseqüência, delineiam-se cenários críticos difíceis de serem enfrentados por políticas de efeito parcial.

Disso decorre a necessidade de, por um lado, definir políticas para a

juventude no contexto interativo das políticas globais de desenvolvimento e, por outro, fortalecer o capital social e cultural do jovem por intermédio de projetos ou políticas que viabilizem a sua inserção no conjunto dos esforços de cada país para superar e remover os entraves existentes. Torna-se necessário também um trabalho de efetiva sensibilização da sociedade e de seus recursos, objetivando a internalização de valores que deixam evidente que a juventude de hoje assumirá a liderança do continente no dia de amanhã e do que for feito hoje em prol de uma efetiva valorização do protagonismo juvenil, dependerá doravante, sob muitos aspectos, a direção das tendências que se delinearão nas próximas décadas.

Em outras palavras, é preciso investir na juventude, combatendo a vulnerabilidade social pelo aumento do capital social e cultural que poderá proporcionar a substituição do clima de descrença reinante por um sentimento de confiança no futuro. As políticas assistencialistas da década de 80 revelaram-se inoperantes. Superá-las por alternativas mais consistentes torna-se necessário e urgente. Elas cometeram o erro, como afirma um trabalho da CEPAL, de não valorizar a participação dos jovens. Essa participação é indispensável para a conquista da autonomia. O jovem de hoje já não aceita mais a condição de espectador passivo.

O estudo que ora temos a oportunidade de apresentar aos dirigentes e analistas de políticas sociais ainda ressalta que a promoção de políticas públicas a partir deste novo enfoque não constitui uma tarefa simples. Combater a violência juvenil pelo lado da vulnerabilidade social requer mudança de percepção dos formuladores de políticas no que diz respeito ao papel das políticas sociais na construção de uma sociedade mais justa e solidária. De acordo com Bernardo Kliksberg, é preciso superar os mitos e as falácias do desenvolvimento que impedem o advento de alternativas que tornem possível um efetivo combate às desigualdades sociais.

Waldemar F. Wirsig
Representante do Banco Interamericano
de Desenvolvimento no Brasil

Jorge Werthein
Diretor da UNESCO no Brasil

ABSTRACT

This study analyses the situation of young individuals in Latin America and the Caribbean observing the main sources of vulnerability that these actors are submitted. It's main objective is to comprehend how violence and vulnerability are linked and why the youths are the main affected group in the region. Secondary data were collected from international organisms to present the major aspects of social vulnerability and how the youths deal with it. In addition to this, this article shows some solutions to the problem like the enhancement of social capital and recommendations for public policies concerning the youth and the struggle against violence.

INTRODUÇÃO

A violência é, cada vez mais, um fenômeno social que atinge governos e populações, tanto global quanto localmente, no público e no privado, estando seu conceito em constante mutação, uma vez que várias atitudes e comportamentos passaram a ser considerados como formas de violência.

Devido à generalização do fenômeno da violência não existem mais grupos sociais protegidos, diferentemente de outros momentos, ainda que alguns tenham mais condições de buscar proteção institucional e individual. Isto é, a violência não mais se restringe a determinados nichos sociais, raciais, econômicos e/ou geográficos, entretanto, como se pretende demonstrar, considerando-se modalidades de violência, ela pode se acentuar por gênero, idade, etnia e classe social, independentemente se como vítimas ou como agentes.

Este texto sustenta que a violência sofrida e praticada pelos jovens possui fortes vínculos com a condição de vulnerabilidade social em que se encontram nos países latino-americanos. A vulnerabilidade social é tratada aqui como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos¹ dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Esse resultado se traduz em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores (Vignoli, 2001; Filgueira, 2001).

Para justificar a dificuldade dos jovens em acessar as estruturas de oportunidades, apresenta-se um conjunto de dados secundários sobre a educação, saúde, cultura, lazer e trabalho, insumos fundamentais para o desenvolvimento dos recursos materiais e simbólicos. Esses dados apontam para a existência de deficiências no acesso dos jovens a esses bens e

1. Filgueira (2001; 8) apresenta como alguns exemplos desses recursos o capital financeiro, o capital humano, a experiência de trabalho, o nível educacional, a composição e os recursos familiares, o capital social, a participação em redes e o capital físico.

serviços, o que colabora com a manutenção da situação de vulnerabilidade social.

A situação de vulnerabilidade aliada às turbulentas condições socioeconômicas de muitos países latino-americanos ocasiona uma grande tensão entre os jovens que agrava diretamente os processos de integração social e, em algumas situações, fomenta o aumento da violência e da criminalidade. Ressalta-se que a violência, embora, em muitos casos, associada à pobreza, não é sua consequência direta, mas sim da forma como as desigualdades sociais, a negação do direito ao acesso a bens e equipamentos de lazer, esporte e cultura operam nas especificidades da cada grupo social desencadeando comportamentos violentos. Nesse sentido, mesmo com avanços de indicadores socioeconômicos na América Latina – como, por exemplo, ilustra o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), elaborado pelo PNUD – os níveis de violência na região vêm aumentando (CEPAL, 1998).

Assumindo que os recursos à disposição do Estado e do mercado são insuficientes para, sozinhos, promoverem a superação da vulnerabilidade e de suas consequências, em particular a violência, advoga-se o fortalecimento do capital social *intergruppal*, através do aumento da participação e valorização das formas de organização e expressão do jovem, como estratégia de ação para envolver a sociedade e seus recursos na busca de soluções para o problema.

Experiências que priorizam a participação dos jovens como protagonistas do seu processo de desenvolvimento vêm demonstrando ser alternativas eficientes para superar a vulnerabilidade desses atores, tirando-os do ambiente de incerteza e insegurança (Castro et al, 2001). Captar e disseminar a expressão dos jovens, concretizando suas potencialidades juvenis e permitindo que eles contribuam para a problematização de seu cotidiano é a pedra angular do sucesso desses programas. Além disso, a valorização das formas de expressão tipicamente juvenis, tais como o *rap* e o grafite, colabora para que, tanto os próprios jovens quanto o resto da sociedade, reconheçam esses atores como capazes de con-

tribuir e construir soluções pacíficas para os conflitos sociais.

Para a implementação de uma linha de políticas públicas que sirvam para o fortalecimento do capital social, o texto reconhece a necessidade de uma mudança na percepção dos formuladores de políticas públicas sobre o desenho e a importância das políticas sociais. Além disso, é preciso também estabelecer a clara necessidade de interação entre o que deve e pode ser desempenhado pelo Estado, pelo mercado e pela sociedade para a superação da vulnerabilidade social.

Além dessa introdução, este texto apresenta outras quatro seções. A primeira é dedicada a uma breve revisão de literatura sobre os conceitos de violência e vulnerabilidade social, com o intuito de definir os conceitos que serão utilizados na defesa do argumento do texto. A segunda seção é dedicada à apresentação de dados socioeconômicos de alguns países latino-americanos que colaboram para a defesa do argumento que relaciona a violência juvenil latino-americana com a situação de vulnerabilidade.

A seção seguinte aborda o conceito de capital social e sua viabilidade como estratégia de combate à vulnerabilidade, dedicando-se em seguida a esclarecer os desafios existentes para a adoção dessa estratégia. Por último, a quarta seção apresenta algumas recomendações para a elaboração de ações voltadas ao combate da vulnerabilidade e violência juvenil.

I. VIOLÊNCIA E VULNERABILIDADE: LITERATURA E CONCEITOS

I.1. EXPLORANDO A LITERATURA SOBRE VIOLÊNCIA

Não é simples a tarefa de definir a violência. Conceitos de violências têm sido propostos para falar de muitas práticas, hábitos e disciplinas, de tal modo que todo comportamento social poderia ser visto como violento, inclusive o baseado nas práticas educativas, tais como na idéia de violência simbólica proposta por Pierre Bourdieu (2001). Para esse autor, a violência simbólica se realiza sem que seja percebida como violência, inclusive por quem é por ela vitimizada, pois se insere em tramas de relações de poder naturalizadas.

Em que pesem as dificuldades em definir a violência, sendo comum a formulação de conceitos *ad hoc*, ou seja, mais apropriados ao lugar, ao tempo histórico que se examina, a literatura, a seguir apresentada, aponta uma tendência de conceituar a violência de forma mais abrangente do que relacioná-la com atos que imputam danos físicos a pessoas ou grupos de pessoas. Chauí (1999: 3-5), por exemplo, define violência como:

“(...) 1) tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de alguém (é desnaturar); 2) todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3) todo ato de transgressão contra o que alguém ou uma sociedade define como justo e como direito. Conseqüentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e o terror (...)”

A noção de violência é, por princípio, ambígua. Não existe uma única percepção do que seja violência, mas multiplicidade de atos violentos, cujas significações devem ser analisadas a partir das normas, das condições e dos contextos sociais, variando de um período histórico a outro.

A violência é um dos eternos problemas da teoria social e da prática política. Na história da humanidade, tem-se revelado em manifestações individuais ou coletivas. Chesnais (1981) apresenta as múltiplas formas de violência registradas em diferentes épocas e sociedades, privada e coletivamente. Neste sentido, chama a atenção para o fato de que existem várias concepções de violência, as quais devem ser hierarquizadas segundo o seu custo social. Para o autor, o referente empírico do núcleo desse conceito é a violência física – inclusive a violência sexual – que pode resultar em danos irreparáveis à vida dos indivíduos e, conseqüentemente, exige a reparação da sociedade mediante a intervenção do Estado.

A segunda concepção abrangeria a violência econômica, que se refere somente aos prejuízos causados ao patrimônio, à propriedade, especialmente aqueles resultantes de atos de delinquência e criminalidade contra os bens, como o vandalismo. Para o autor, essa modalidade foge ao significado estrito de violência, já que não caracteriza a violação da integridade da pessoa.

Uma terceira concepção tem por foco a idéia de autoridade, que possui forte conteúdo subjetivo e, segundo o autor, encontra-se na moda: trata-se da chamada violência moral ou violência simbólica. Chesnais sustenta que “falar de violência neste sentido é um abuso de linguagem, próprio a certos intelectuais ocidentais, excessivamente bem instalados na vida para conhecer o mundo obscuro da miséria e do crime” (idem: 13).

O autor sustenta que somente a primeira concepção tem por base uma definição etimologicamente correta, encontra amparo nos códigos penais e nas perspectivas profissionais – médicas e policiais, por exemplo – quanto ao fenômeno. Assim, a violência física é que significaria efetivamente a agressão contra as pessoas, já que ameaça o que elas têm de mais precioso: a vida, a saúde, a liberdade (ibidem: 14).

É comum chegar-se a conceitos *ad hoc*, ou seja, mais apropriados ao lugar, ao tempo histórico que se examina. De fato, é

tênue o consenso sobre o que é violência, o que já traduz sua força, segundo Arblaster (1996: 803-805), em verbete sobre o termo no Dicionário do Pensamento Social do Século XX:

“O termo é potente demais para que [um consenso] seja possível. Não obstante, um entendimento do termo ditado pelo senso comum é, grosso modo, que a violência classifica qualquer agressão física contra seres humanos, cometida com a intenção de lhes causar dano, dor ou sofrimento. Agressões consideradas, com frequência, atos de violência. E é comum falar-se também de violência contra certa categoria de coisas, sobretudo a propriedade privada.”

A intenção de ferir, ofender, deliberadamente atingir negativamente o outro seria um constituinte de violência, mas não o suficiente para sua caracterização, segundo referências que mais se ateriam ao corpo normativo legal como parâmetro do que seria considerado como violência. Arblaster (op.cit.) lembra que o Oxford English Dictionary definiria violência como o *uso ilegítimo da força*, o que pode ter como perspectiva tanto o plano do legal como da moral, o que mais uma vez questiona as fronteiras entre referências coletivas e objetivas, e o sentido, o subjetivado, o percebido como violência.

O destaque dado à *agressão física* é também questionado por muitos, considerando tanto outras formas de relações agressivas quanto à mecanização e industrialização da violência, como as que se dão em larga escala, por exemplo, as guerras modernas. A referência a violações de propriedade também é disputada como definidor de violência, através da história (Thompson in Bourdon e Borricaud, 1982) ².

Outro constituinte questionado atualmente é a violência como um ato individualizado, pautado por psicopatias, dirigido contra outro ou outros, infligindo a essas vítimas sofrimento, dor e morte. Considerar que muitos agressores não se sentem culpados ou responsáveis por suas ações, que

2. Ver Peralva, 2000, entre outros.

são treinados ou socializados, quer de forma intencional ou por modos de vida, para serem violentos desloca a ação preventiva para o campo das relações sociais coletivizadas, focalizando-se não somente indivíduos, mas grupos, comunidades e organizações.

Outros autores desenrolam tal raciocínio, pelo qual a intenção não define necessariamente os agressores, para referir-se a estruturas de violência, o que se confunde com situações de coerção social:

“Se a violência não envolve necessariamente uma agressão física no confronto direto de algumas pessoas com outras, então a distinção entre violência e outras formas coercitivas de infligir danos, dor e morte fica enevoadada. Uma política que deliberada ou conscientemente conduza à morte de pessoas pela fome ou doença pode ser qualificada de violenta. Essa é uma razão por que slogans como ‘pobreza é violência’ ou ‘exploração é violência’ não constituem meras hipérboles” (Arblaster, 1996: 803).

Na busca por definições mais finas, alguns autores disputam a relação entre o conceito de violência, o de força e o de ser a violência necessariamente um regime de excepcionalidade, tanto quando o nível de análise é o Estado, como grupos sociais e indivíduos.

Discute-se que na contra corrente, por não violência poder-se-ia apelar para a correlação de forças, ou o reconhecimento de simetrias para resolver conflitos e se obter negociações. Assim, segundo Bourdon e Borricauld (1982: 613), "a renúncia à violência não resulta de uma conversão, mas de uma aprendizagem, que parte do reconhecimento de uma relação de forças que se impõe às duas partes (...) sem ‘perder a face’".

Por outro lado, a depender do tipo de sociedade como as de regimes totalitários, a violência se constituiria em norma legítima pela imposição do poder de administrá-la não pelo

consentimento³.

Além de constituintes, o debate conceitual diverge na escolha de taxonomias diversas. Bourdon e Bourricaud (1982), por exemplo, recorrendo a uma resenha de produções sobre violência na sociologia, identifica suas concepções: uma, *anômica* e outra, *estratégica*. A violência relacionada à anomia, seria elaborada resgatando herança durkheimiana, com variantes:

“Falaremos aqui em anomia em sentido muito amplo, para caracterizar a situação em que o sistema normativo perdeu todo ou parte de seu rigor e de sua eficácia. Os direitos e as obrigações deixam de ser efetivamente sancionados porque as pessoas não sabem mais a que estão obrigadas, não reconhecem mais a legitimidade das obrigações a que estão submetidas ou porque não sabem a quem recorrer para fazer valer seus próprios direitos quando estes são violados. A violência-anomia resulta da proliferação das relações agressivas nos setores desregrados da sociedade” (Bourdon e Borricaud, 1982: 607).

Segundo esses autores, os trabalhos que seguem tal orientação se voltariam para situações coletivas de dispersão de interesses cunhados por antagonismos que levariam até a *dissolução da própria coletividade* — exemplificando para agrupamentos micro organizados, de bandos relacionados a ações negativas; como os trabalhos clássicos sobre gangues de Thrasher (Thrasher, 1927).

Entre as críticas às ambigüidades no uso do modelo violência-anomia, destaca-se a que questiona a legitimidade das normas que se têm como referência do desejável ou da base de representações, ou quem falaria *em nome de todo o povo*, ressaltando Bourdon e Borricaud que o totalitarismo seria a "forma mais complexa de violência exercida pela sociedade contra os seus membros" ou por "representantes" da norma.

3. "[Nos Estados totalitários] há uma tendência muito forte entre os indivíduos de se identificarem com as figuras dos líderes [segundo as teorias psicológicas de liderança de Lebon/Freud]. É possível que a maioria da população fique vulnerável à influência de símbolos propagados pela figura do líder, em quem uma confiança exagerada é mantida, a despeito das políticas punitivas impostas." (Giddens, 2001: 317)

Estar-se-ia tratando de violência estratégica como o fim de manutenção da norma sem a construção do consentimento por opção consciente, mas por conformismo, sendo tal estado de passividade uma elaboração parte da violência estratégica. Na violência estratégica entraria o modelo Mertoniano sobre meios e fins, sendo os fins em si privilegiados.

O conceito de violência muitas vezes é usado de forma indiscriminada para referir-se a agressões, incivildades, hostilidades e intolerâncias. Ainda que, em perspectiva ética geral ou dos sentimentos da vítima, tais fenômenos possam reverberar como violações de direitos, há que cuidar, principalmente quando se lida com crianças e jovens, dos limites conceituais, já que no plano de recomendações e políticas é importante conceituar bem o tema (Chesnais in Debarbieux, 1996).

1.2. ALGO SOBRE VIOLÊNCIA E BRASIL NA LITERATURA RECENTE

Na literatura sobre o Brasil a associação entre violência de macrodinâmicas sociais, assim como a reflexão sobre o papel do Estado, faz parte de uma herança comum no campo das ciências sociais. Pobreza, desemprego⁴, crises econômicas, desigualdades sociais e democracia são algumas das referências macroestruturais mais debatidas, mas com abordagens diferenciadas.

Mesquita Neto et al. (2001) observam que as análises que se centralizam na dinâmica da economia política seriam mais bem sucedidas quando o nível analítico é o institucional, deixando a desejar se o foco são conflitos interpessoais, em particular os que se dão entre pessoas de uma mesma classe ou grupo social, o que mais ressaltaria uma *perspectiva social*.

Peralva (2000) bem ilustra tal perspectiva. Em recente trabalho, debatendo a literatura sobre violência no Brasil, critica a associação entre pobreza, desigualdades de renda e violência,

4. Mesquita Neto et al, 2001: 29, citam como alinhados ao que se referem como perspectiva econômica na abordagem sobre violência (Maricato, 1995; Oliven, 1980 e Weffort, 1980).

como insuficiente no plano explicativo, mas reconhecendo a "geografia das mortes violentas nas periferias pobres e não nos bairros ricos" (op cit: 81)⁵.

De fato, se não suficiente, se faz necessário reconhecer no horizonte de condicionantes da violência, a modelagem da pobreza e das desigualdades sociais no país.

Segundo Pinheiro (1996), haveria uma violência de *caráter endêmico* relacionada a assimetrias sociais que se traduzem em autoritarismos de várias ordens como o subdesenvolvimento territorializado (ex: das populações no Norte e no Nordeste e de áreas urbanas e rurais nas demais regiões); impunidade, corrupção; abusos das forças policiais, principalmente contra os pobres e os não-brancos; as violações dos direitos das pessoas presas-pobres; discriminação racial. No entanto, o autor reconhece como traço contemporâneo, no Brasil, maior preocupação das autoridades em relação à importância de "fazer respeitar tanto o estado de direito como as normas de direitos internacional dos direitos humanos, apesar de muito restar por ser feito." (Pinheiro, 1996: 9)

Peralva (2000) organiza seu livro em torno do que denomina o "paradoxo brasileiro", ou seja, o aumento dos "crimes de sangue" entre 1980 e 1997, período de investimento na construção da democracia pós-ditadura militar. Naquele período também haveria crescido o acesso a armas de fogo, a presença do narcotráfico, em particular nas zonas de pobreza de muitas áreas urbanas no país e as crises da economia. Note-se que Pinheiro (1996: 17) também recorre ao termo "paradoxo" para o caso do Brasil, mas no sentido de coexistirem "uma definição estrita das garantias constitucionais e uma cidadania fraca" — todos frisam a fragilidade da consolidação da cidadania no país e como tal estado arriscaria a democracia:

5. "Mapas de criminalidade mostram que as mais altas taxas de homicídio são registradas na periferia das grandes cidades e regiões metropolitanas, onde os problemas de pobreza, desemprego e falta de habitação e serviços básicos, incluindo saúde, educação, transporte, comunicações, segurança e justiça são particularmente agudos. É também nessas áreas onde, apesar da transição para a democracia na década de 1980, graves violações de direitos humanos continuam a ocorrer—incluindo execuções sumárias, tortura e detenções arbitrárias pela polícia e por grupos ligados à segurança privada e ao crime organizado (Pinheiro, 2000 e Cárdua 2000)" (Mesquita Neto, 2001: 27)

"O Brasil oferece o paradoxo de estar hoje ao mesmo tempo no que poderia ser o melhor dos mundos e também no pior: o país é hoje a décima maior economia mundial com um Produto Interno Bruto (PIB) de 414, 1 bilhões de dólares, em 1991... As mortes violentas são a terceira causa de morte no município [de São Paulo]. Periferização e favelização ocorrem num profundo contexto de desigualdades entre ricos e pobres... A décima economia industrial do mundo convive com a segunda pior distribuição de renda em todo o mundo: a ratio dos 20% mais ricos para os 20% mais pobres entre 1980 e 1991, era de 32,1%."

(Pinheiro 1996: 22-24).

Vários autores (e.g., Zaluar 1994; Pinheiro 1996; Soares, 1996) frisam que os dados sobre desigualdades sociais não embasam *imobilismo* ou pessimismo quanto ao possível, ou seja, não podem impedir que se invista, em especial o Estado, quanto a políticas públicas para lidar com violência, mas que inclusive para uma mobilização da sociedade civil contra violências há que superar tais restrições, incompatíveis com uma *cidadania plena* (Pinheiro, 1996).

É comum a insistência em que há que ter reformas institucionais, promovidas pelo governo em seus distintos níveis, como no aparato de justiça e segurança, ainda que se reconheça que, principalmente na década de 1990, o Estado e a mídia se voltaram para questões como o trabalho escravo, a violência contra crianças e adolescentes, o aumento no número de meninos e meninas em situação de rua, a prostituição infantil, a tortura, a discriminação racial, e por conta de gênero, e que tais esforços associam-se a uma maior advocacia por direitos humanos em distintos campos pela sociedade civil. Em Dimenstein (1996), o registro de casos de extermínio, prisões, conflitos de terra, trabalho escravo, massacre de índios e violências contra a mulher, noticiados amplamente, ocorridos na última metade da década de 90 e que, na sua maioria, contou com denúncia e acompanhamento por parte de entidades

da sociedade civil e organizada.

A tese sobre democracia, cidadania incompleta e violência é desdobrada por Peralva (2000) considerando novas configurações que singularizariam um cenário que potencializaria violências nos centros urbanos brasileiros na virada do século, como: 1) o aumento do acesso a armas – aspecto frisado por vários entrevistados em distintas pesquisas, em áreas de pobreza (Peralva 2000; Zaluar 1999, Castro et al 2001, Abramovay et al 1999 e UNESCO 2001); 2) a juvenilização da criminalidade; 3) a maior visibilidade e também a reação da violência policial, em particular contra jovens em bairros periféricos; 4) ampliação do mercado de drogas e poder de fogo do crime organizado, em especial do narcotráfico em diversos centros urbanos; e 5) cultura individualista e por consumo — "individualismo de massa" – que derivaria em expectativas não satisfeitas, potencializando violências.

Peralva (2000) defende que a confluência de dinâmicas, como as mencionadas, condicionaria sentimento/angústia de morte próxima e *condutas de risco*, que mais ressoam entre os jovens de bairros urbanos periféricos.

Quanto à criminalidade que vitimiza e envolve os jovens, no caso de centros urbanos metropolitanos, é comum destacar-se a influência do narcotráfico (Zaluar 1999 e 2001), organizado segundo leis de mercado, mas sem o amparo da lei, ou seja, com lucros relacionados a sua ilegalidade. "Nesse contexto, quaisquer conflitos e disputas são resolvidos pela violência, o que afeta de modo decisivo as taxas de homicídio" (Zaluar, 1994 *cit in* Sapori e Wanderley, 2001: 71).

Como outros autores citados, Peralva (2000) insiste também sobre a necessidade de se refletir sobre o papel do Estado quanto à legitimidade no controle da violência e a participação das populações de baixa renda e da sociedade civil no jogo democrático, além da importância de reformas na polícia e na justiça – "ter uma polícia respeitada e respeitável" (Peralva 2000: 187).

Os paradoxos da democracia são operacionalizados com outras nuances por Mesquita Neto et al (2001; 34), que resgatando de cada perspectiva – econômica, política e social – dimensões pró-violências, ressalta a questão da governabilidade, considerando que:

“O crescimento do crime e da violência resulta não apenas da pobreza e da desigualdade social, da falta ou má qualidade dos serviços de segurança e da disseminação de armas e drogas. Resulta também da incerteza política e dos conflitos institucionais não resolvidos durante a transição para a democracia, e enfraquecem o impacto das ações para aperfeiçoar os serviços de segurança e justiça.”

Por outro lado, insistem alguns autores que haveria também que aprofundar a discussão sobre valores, cultura de violência *versus* cultura da vida ou cultura de paz (Castro et al, 2001; UNESCO, 2001), cultura legal ou das leis (Vieira, 2001) e outras formas de estar e se sentir na vida (Peralva, 2000).

Vieira (2001) cerca o debate sobre violência e valores, advogando o resgate da importância da lei, o que se conseguiria mais aproximando texto e contexto, ou seja, o escrito jurídico de normas de convivência, ética quanto ao direito da alteridade, o que resgata o princípio mediterrâneo pelo respeito ao outro, insistindo na *reciprocidade* – e aí o dever não só dos cidadãos, mas do Estado de respeitar tal lei.

Para uma sociedade *pacificada* (expressão in Vieira, op.cit) haveria que recusar os guetos e os *apartheid sociais*, ou seja, que todos se sentissem parte de uma cultura comum, partilhando normas e valores, ainda que se conserve o pluralismo e as diferenças não pautadas em desigualdades sociais – "o racismo, a pobreza o não-acesso à educação e a bens essenciais à dignidade humana são formas que facilitam a percepção do outro como inferior" (Vieira, 2001: 81).

Uma leitura sugerida pelo texto de Vieira (2001) seria a de

que mais que as desigualdades sociais em si, a forma como se canaliza o descontentamento com as desigualdades, impunidades quanto a violações de direitos e o arbítrio no uso das leis, associar-se-ia com sentidos de violência, ainda que não diretamente racionalizados dessa forma. Ou seja, ao se sentir desrespeitado legalmente, ou sem leis de baliza – em anomia – os indivíduos assumiriam comportamentos de desrespeito em relação aos outros, ameaçando-se a ética do convívio social, ainda que não identifiquem causas estruturais para tal comportamento. (Parágrafo grande. OK com a correção da pontuação, pois um período prejudica a leitura).

Assim a violência tem sido concebida como um fenômeno multifacetado, que não somente atinge a integridade física, mas também as integridades psíquicas, emocionais e simbólicas de indivíduos ou grupos nas diversas esferas sociais, seja no espaço público, seja no espaço privado. Passa ser concebida "de modo a incluir e a nomear como violência acontecimentos que passavam anteriormente por práticas costumeiras de regulamentação das relações sociais" (Porto, 1997 in Waiselfisz, 1998a:146), como a violência intrafamiliar, contra a mulher ou as crianças e a violência simbólica contra grupos, categorias sociais ou etnias.

A percepção da complexidade da violência é acompanhada pela necessidade de diferenciar suas diversas formas que podem ser imputadas às pessoas, a fim de buscar entender suas causas peculiares e orientar a busca de soluções para combatê-las. Análises e pesquisas recentes produzidas pela UNESCO (Castro et al, 2001; Abramovay et al, 1999; Barreira 1999 e Minayo et al, 1999) vêm utilizando as definições de violência direta, indireta e simbólica para identificar diferentes expressões do fenômeno.

A violência direta se refere aos atos físicos que resultam em prejuízo deliberado à integridade da vida humana. Essa categoria envolve todas as modalidades de homicídios (assassinatos, chacinas, genocídio, crimes de guerra, suicídios, acidentes de trânsito e massacres de civis). A violência indireta envolve todos os tipos de

ação coercitiva ou agressiva que implique prejuízo psicológico ou emocional. Por fim, a violência simbólica abrange relações de poder interpessoais ou institucionais que cerceiam a livre ação, pensamento e consciência dos indivíduos.

Como dito anteriormente, apesar do fato de a violência não estar mais limitada a estratos sociais, econômicos, raciais ou geográficos, levantamentos estatísticos demonstram que ela atinge com maior intensidade a grupos específicos como, por exemplo, os jovens do sexo masculino. Uma explicação dessa incidência está ligada à questão da vulnerabilidade social. Antes, porém, de entrar no mérito da relação vulnerabilidade social-violência, cabe observar a trajetória e os principais aspectos deste rico referencial teórico.

1.3. A ABORDAGEM ANALÍTICA DA VULNERABILIDADE SOCIAL

Apesar do uso histórico do termo vulnerabilidade em diversos estudos sociais⁶, as aproximações analíticas à vulnerabilidade social datam apenas dos últimos anos, período em que se levou a cabo maior reflexão a respeito das limitações dos estudos sobre a pobreza e sobre os escassos resultados das políticas associadas a eles na América Latina. Tais enfoques da pobreza – apesar de servirem à identificação dos setores mais desprovidos da população a serem atendidos pelas políticas sociais – não deram conta das complexas raízes desse fenômeno, já que se baseavam apenas no uso de indicadores de renda ou carências que delimitam a insatisfação de necessidades básicas.

Os primeiros trabalhos ancorados na perspectiva da vulnerabilidade social foram desenvolvidos, motivados pela preocupação de abordar de forma mais integral e completa não somente o fenômeno da pobreza, mas também as diversas modalidades de desvantagem social. Tais obras se destinaram a

6. Ver, entre outros autores sobre vulnerabilidade social, Moser, 1996 e 1997 e 1998; CEPAL, 2000a; Filgueiras 2001; Busso, 2001 e Vignoli 2001.

observar os riscos de mobilidade social descendente e as configurações vulneráveis que não se restringiam àqueles situados abaixo da linha de pobreza, mas a toda população em geral. Dessa maneira, partiam do reconhecimento do fenômeno do bem-estar social de uma maneira dinâmica, bem como das múltiplas causas e dimensões associadas a esse processo.

Na América Latina, a abordagem analítica da vulnerabilidade social se torna sistemática somente a partir dos trabalhos de Caroline Moser e seu grupo do Banco Mundial, os quais sintetizam o chamado *asset/vulnerability framework*. Em sua pesquisa sobre estratégias de redução da pobreza urbana (1998), além de destacar o caráter dinâmico desse enfoque, Moser ressalta a importância dos ativos das famílias – não se referindo apenas à renda ou posse de bens materiais – os quais influenciariam seu grau de vulnerabilidade social, sua renda e sua capacidade de responder a crises; o que do ponto de vista da formulação de políticas constituiu uma inovação.

Seguidos aos trabalhos iniciais de Moser, uma geração de estudiosos na América Latina vem colaborando com a construção teórica e operacionalização metodológica do enfoque da vulnerabilidade social, o qual, por ser recente, ainda se encontra em formação. Como mencionado na introdução, este trabalho se apoiará no complexo discurso conceitual e analítico o que tem situado a vulnerabilidade social como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Esse resultado se traduz em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores (Vignoli, 2001; Filgueira, 2001).

Este enfoque faz referência a três elementos essenciais à conformação de situações de vulnerabilidade de indivíduos, famílias ou comunidades: recursos materiais ou simbólicos, também chamados de ativos (Filgueira, 2001), as estruturas de

oportunidades dadas pelo mercado, Estado e sociedade e as estratégias de uso dos ativos.

O primeiro elemento diz respeito à posse ou controle de recursos materiais ou simbólicos que permitem aos diversos atores se desenvolver em sociedade. O segundo, se refere às estruturas de oportunidades que provêm do mercado, do Estado e da sociedade. Elas se vinculam em níveis de bem-estar, aos quais se pode ascender em um determinado tempo e território, podendo propiciar o uso mais eficiente dos recursos ou prover de novos ativos ou ainda recuperar aqueles esgotados. Por fim, o terceiro elemento refere-se a estratégias quanto ao uso que esses atores fazem de seu conjunto de ativos com vistas a fazer frente às mudanças estruturais de um dado contexto social.

No que tange à interação desses três componentes da vulnerabilidade social, Busso (2001: 14) coloca:

“A mobilização de ativos se realiza tanto como estratégias adaptativas, defensivas ou ofensivas a mudanças no conjunto de oportunidades, e têm como finalidade fortalecer a quantidade, qualidade e diversidade de ativos disponíveis para acender de forma distinta e mais satisfatória ao conjunto de oportunidades que brinda o entorno.”

Vale notar que a vulnerabilidade assim compreendida traduz a situação em que o conjunto de características, recursos e habilidades inerentes a um dado grupo social se revelam insuficientes, inadequados ou difíceis para lidar com o sistema de oportunidades oferecido pela sociedade, de forma a ascender a maiores níveis de bem-estar ou diminuir probabilidades de deteriorização das condições de vida de determinados atores sociais (Vignoli, 2001). Esta situação pode se manifestar, em um plano estrutural, por uma elevada propensão à mobilidade descendente desses atores e, no plano mais subjetivo, pelo desenvolvimento dos sentimentos de incerteza e insegurança entre eles.

Um aspecto importante dessa definição decorre da sua utilidade para compreender como e por que diferentes atores sociais se mostram mais suscetíveis a processos que atentam contra sua possibilidade de ascender a maiores níveis de bem-estar. Ela permite analisar o caso de grupos sociais, aos quais são atribuídas grandes potencialidades, ativos valorizados em um dado contexto de estruturas de oportunidades, mas que, contraditoriamente, permanecem reclusos a um cenário de inseguranças, instabilidades e marginalidade.

Nesse sentido, o enfoque de vulnerabilidade social constitui ferramenta válida para compreender a situação dos jovens, especialmente aqueles de camadas populares, e da sua relação com a violência já que, apesar de atualmente serem considerados os atores chaves do desenvolvimento, as estatísticas apresentam uma realidade muito menos festejada.

2. A SITUAÇÃO DA JUVENTUDE LATINO-AMERICANA

2.1 A VULNERABILIDADE SOCIAL ATRAVÉS DOS DADOS

Como já foi dito, a violência, tendo os jovens como vítimas ou agentes, está intimamente ligada a condição de vulnerabilidade social destes indivíduos. Atualmente, esses atores sofrem um risco de exclusão social sem precedentes devido a um conjunto de desequilíbrios provenientes do mercado, Estado e sociedade que tendem a concentrar a pobreza entre os membros desse grupo e distanciá-los do "curso central" do sistema social. (Vignoli, 2001). Outro aspecto perverso da vulnerabilidade é a escassa disponibilidade de recursos materiais ou simbólicos a indivíduos ou grupos excluídos da sociedade. O não-acesso a determinados insumos (educação, trabalho, saúde, lazer e cultura) diminui as chances de aquisição e aperfeiçoamento desses recursos que são fundamentais para que os jovens aproveitem as oportunidades oferecidas pelo Estado, mercado e sociedade para ascender socialmente.

Assim, esta seção apresentará dados estatísticos coletados por organismos internacionais na América Latina que apontam para o agravamento da vulnerabilidade dos jovens na região e os impactos resultantes no incremento da violência.

A preocupação da análise é oferecer um painel sobre os jovens da América Latina, assim sendo, aspectos peculiares dos países analisados não orientaram a preocupação central deste artigo. Os dados apresentados foram reunidos e selecionados a partir de pesquisas desenvolvidas por diversos órgãos e organismos internacionais envolvidos com a América Latina, entre eles: UNESCO, UNAIDS, CEPAL, CELADE, OMS e OPS. Procurou-se utilizar, na medida do possível, sempre os dados mais atualizados disponíveis, porém, apesar do esforço, alguns apresentam uma defasagem de 5 a 7 anos.

Uma vez que a análise partiu de dados secundários, foi necessário trabalhar com dados agregados que nem sempre coin-

cidiam em sua forma e dimensão, assim deve-se ater às diferenças que essa agregação diferenciada pode suscitar.

De modo geral, percebe-se:

- A crescente incapacidade do mercado de trabalho em absorver indivíduos pouco qualificados ou com pouca experiência, como é o caso dos jovens.
- As dificuldades enfrentadas pelos governos na América Latina em reformar os sistemas educacionais para que acompanhem as mudanças da sociedade e incorporem as novas aptidões e habilidades requeridas.
- As tendências no quadro cultural contemporâneo, por um lado estimulam a sexualidade precoce e por outro incentivam as resistências em educar, sensibilizar e oferecer os meios para evitar que tal atividade favoreça a gravidez não planejada e o contágio de doenças sexualmente transmissíveis -incluindo a AIDS. (Vignoli, 2001).

2.1.1 POBREZA E DEMOGRAFIA

A vulnerabilidade apresenta-se como um elemento distintivo da realidade social ao final dos anos 90 na América Latina. Isto se deve ao fato de que as condições de pobreza e concentração de renda, próprias dos países subdesenvolvidos, geram um aumento da insegurança e, portanto, da vulnerabilidade para um grande número de indivíduos das classes baixas e médias, pois, estão expostos a riscos (ex: violência) e dificuldades (ex: desemprego), principalmente nas zonas urbanas (Pizzaro, 2001).

Segundo alguns autores (Moser, 1999; Filgueira, 2001), o conceito de vulnerabilidade é uma ferramenta eficaz para analisar a situação dos excluídos socialmente na América Latina, pois é capaz de compreender amplamente as vicissitudes e idiossincrasias existentes na realidade dos pobres que vão além dos atributos de renda.

Neste sentido o conceito de vulnerabilidade ao tratar da insegurança, incerteza e exposição a riscos provocados por even-

tos socioeconômicos ou ao não-acesso a insumos estratégicos apresenta uma visão integral sobre as condições de vida dos pobres, ao mesmo tempo que considera a disponibilidade de recursos e estratégias para que estes indivíduos enfrentem as dificuldades que lhes afetam.

Segundo dados da CEPAL, ao final dos anos 90, a pobreza na América Latina afetava a 35% dos domicílios enquanto a indigência ou a pobreza extrema alcançava a 14% (CEPAL, 2000b). Essas estatísticas, se comparadas com outras séries históricas da mesma instituição, mostram que os índices de pobreza apresentaram uma ligeira diminuição na região nos últimos anos. Porém deve-se ressaltar que apesar desta relativa melhora a pobreza ainda permanece um dos principais problemas que afetam as populações dos países latino-americanos.

TABELA 1 – DOMICÍLIO EM SITUAÇÃO DE POBREZA E INDIGÊNCIA POR PAÍSES DA AMÉRICA LATINA E CARIBE, (%).

País	Ano	Domicílios abaixo da linha de pobreza (%)		Domicílios abaixo da linha de indigência (%)	
		Total País	Zona Urbana	Total País	Zona urbana
Argentina	1997	-	13	-	3
Bolívia	1997	-	44	-	16
Brasil	1996	29	25	11	8
Chile	1996	20	19	5	4
Colômbia	1997	45	39	20	15
Costa Rica	1997	20	17	7	5
Equador	1997	-	50	-	19
Honduras	1997	74	67	48	35
México	1996	43	38	16	10
Nicarágua	1997	-	66	-	36
Panamá	1997	27	25	10	9
Paraguai	1996	-	40	-	13
Peru	1997	37	25	18	7
Uruguai	1997	-	6	-	1
Venezuela	1997	42	-	17	-

Fonte: CEPAL, Panorama Social de América Latina.1998.

A tabela acima revela-se ilustrativa para se apreender a gravidade do panorama social da região. A maior parte dos países possui altos índices de domicílios em situação de pobreza. Em países como Honduras, Nicarágua e Equador registram-se mais de 50% das residências situadas em zonas urbanas abaixo da linha de pobreza. Neles ainda são elevados os índices de domicílios classificados como abaixo da linha de pobreza crônica ou indigência.

Neste contexto, preocupa o fato de que os jovens compõem um grupo particular de indivíduos vulneráveis à situação de pobreza na região. Conforme recentes estudos empreendidos por organismos internacionais⁷ boa parte dos jovens da América Latina e Caribe está submetida a um risco de exclusão social sem precedentes. Comparada às médias nacionais de outros estratos da população, a pobreza entre os jovens, especialmente entre os adolescentes de 16 a 19 anos de idade, revela-se superior. Segundo os dados da CELADE⁸, existe uma relação inversa entre a idade e o nível de pobreza, onde quanto menor a idade, maior a incidência da pobreza e vice-versa.

Cabe ressaltar que esses dados sobre a concentração da pobreza entre a população jovem latino-americana preocupam não apenas por superarem a média de outros estratos populacionais, mas também pela envergadura demográfica desse grupo. Conforme informações da CEPAL/CELADE, durante a segunda metade do século XX, e com grandes variações entre os países – derivadas da heterogeneidade da transição demográfica – a proporção de jovens de 15 a 29 anos dentro da população total chegou ao seu máximo (28,5%) em 1990.

Madeira, referindo-se a esse ritmo de crescimento da população de 15 a 24 anos no caso específico do Brasil, observou a pertinência de se destacar, no panorama demográfico, uma "onda jovem", chamando a atenção para o fato de que estaríamos "vivendo um pico abrupto no número de adolescentes, cuja média gira em torno de 17 anos" (Madeira, 1998: 431). Segundo dados do Censo Demográfico 2000 do IBGE a população de jovens entre 15 a 24 anos

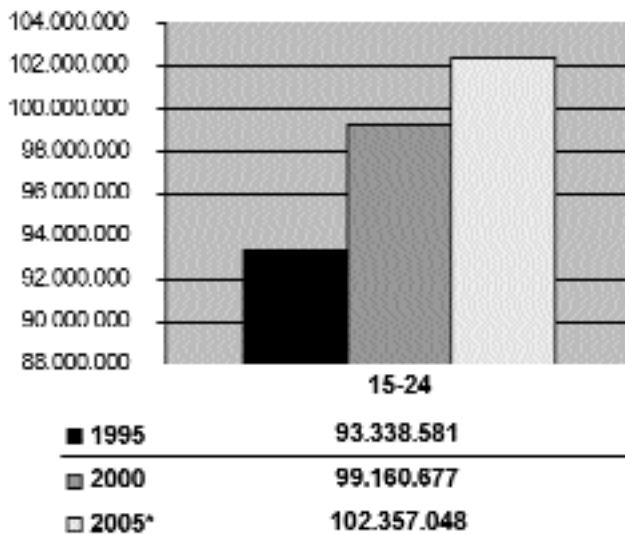
7. Realizados pela Banco Mundial, BID, CEPAL, PNUD e UNESCO.

8. CEPAL. Panorama Social da América Latina. 1998.

no Brasil é composta por mais de 34 milhões de pessoas. (IBGE, 2001).

O crescimento da população jovem latino-americana pode ser observado tanto em números relativos (ao total da população) quanto em números absolutos no gráfico abaixo. Nele se projeta para o ano de 2005 uma população de 102.347.048 jovens de 15 a 24 anos na América Latina e no Caribe. Com relação a essa *onda jovem* latino-americana, deve-se ressaltar que tais tendências demográficas remetem a desafios imperiosos no que tange à incorporação dos jovens de forma produtiva no mercado de trabalho, bem como sua participação política, cultural e social. Assim, é preciso observar até que ponto esses jovens têm conseguido incorporar os ativos essenciais ao seu desempenho presente e futuro na sociedade e os principais obstáculos encontrados no seu contexto econômico, político e social da América Latina, que os têm atraído para situações de vulnerabilidade.

GRÁFICO 1 - ESTIMATIVA E PROJEÇÃO POPULACIONAL, POR ANO, PARA JOVENS DE 15 A 24 ANOS DE IDADE, NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, 1995-2



Fonte: CELADE. Estudos populacionais, 1998.

2.1.2 EDUCAÇÃO

Por se tratar de um componente chave para a qualidade de vida da população juvenil, uma primeira dimensão a ser analisada de modo a compreender a situação da juventude latino-americana é a educação. Ela é considerada o principal instrumento para a elevação dos níveis de capital humano e para promover o bem-estar de jovens e adolescentes. Além disso, a interação que surge nas escolas também acumula capital social, já que ali se constroem relações sociais, redes de amigos e contatos. Neste sentido, a educação em conjunto com a família constitui um dos espaços tradicionais de socialização entre os jovens.

Segundo Pizarro (Pizarro, 2001:14), ao final dos anos 90 na América Latina somente a educação tradicional não mais assegurava o fortalecimento do capital humano e por conseqüência novas oportunidades. Segundo o autor, novas instituições e políticas típicas do padrão de desenvolvimento vigente na região favoreceram a ampliação da educação privada e, por outro lado, deterioraram a educação pública provocando um aumento da vulnerabilidade dos estudantes de estratos médios e baixos da sociedade -mais usuais nesta rede de ensino.

Pizarro argumenta que é uma característica própria da educação a segmentação dos estudantes segundo seu nível de renda, ou seja, as crianças e jovens de famílias com rendas superiores usualmente estudam na rede particular que oferece uma melhor infra-estrutura e qualidade de ensino. Já as famílias mais pobres só podem ter acesso a estabelecimentos públicos, onde, em alguns casos, é evidente a precariedade das instalações e a deteriorização acadêmica. Assim, dadas às novas exigências do mercado de trabalho e à diferença de qualidade entre a educação pública e privada, percebe-se que os jovens piores situados na escala de distribuição de riquezas estão mais vulneráveis.

Por outro lado, na América Latina, os dados referentes a este setor registram avanços no que tange ao aumento no número de matrículas e nas taxas de escolarização, de modo geral. Porém, como já foi dito, o número absoluto de jovens também cresceu nesses países e, apesar da melhora nos indicadores, a situação da educação jovem ainda requer cuidados das autoridades governamentais na região.

Um primeiro progresso pode ser observado na oferta da educação básica, ou alfabetização. Conforme a tabela abaixo, a maioria dos países já atingiu mais de 90% de alfabetizados entre a população de 15 a 24 anos. Vale notar que, se contrastadas a taxa de alfabetização jovem e a posição do país segundo o Índice de Desenvolvimento Humano, os países com os maiores IDHs são aqueles onde quase 100% da população de 15 a 24 anos foi alfabetizada.

TABELA 2 - TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DA JUVENTUDE DE JOVENS ENTRE 15 E 24 ANOS, POR PAÍSES DA AMÉRICA LATINA, SEGUNDO INDICADORES AGREGADOS DE EDUCAÇÃO, 1999.

Alfabetização Jovem		
Posição IDH	País	Taxa (% de 15-24 anos) 1999
	América Latina e Caribe	93.8
	Alto desenvolvimento humano	
34	Argentina	98.5
37	Uruguai	99.3
39	Chile	98.7
41	Costa Rica	98.3
	Médio desenvolvimento humano	
51	México	96.8
52	Panamá	96.7
61	Venezuela	97.8
62	Colômbia	96.8
69	Brasil(*)	92.3
73	Peru	96.6
80	Paraguai	96.9
84	Equador	96.9
86	República Dominicana	90.7
95	El Salvador	88.0
104	Bolívia	95.6
106	Nicarágua	73.4
107	Honduras	82.9
108	Guatemala	78.9
	Baixo desarrollo humano	
134	Haiti	79.3

(*) De 1995 para 1999, o percentual de crianças de 7 a 14 anos de idade fora da escola decresceu de

9,8% para 4,3%. Esse indicador, em 1989, situava-se em 16,2%. A comparação entre os resultados regionais revelou que, de 1995 para 1999, essa proporção recuou de 6,4% para 3,3% no Sudeste, que é detentor do maior grau de escolarização, e de 15,0% para 5,9% no Nordeste, que, apesar da expressiva melhoria, continuou no outro extremo.

A taxa de escolarização das meninas ainda supera a dos meninos. Em quatro anos, no grupo de 7 a 14 anos de idade, o percentual de meninos fora da escola declinou de 10,7% para 4,7%, enquanto o de meninas diminuiu de 8,8% para 3,9%.

Em decorrência de a taxa de escolarização feminina permanecer mais elevada, o nível de instrução das mulheres manteve-se em patamar nitidamente mais alto que o dos homens. Em 1999, a proporção de mulheres com pelo menos o segundo grau concluído situou-se 2,9 pontos percentuais acima da referente à população masculina. Entretanto a disparidade entre o nível de instrução dos dois gêneros é muito mais acentuada na população ocupada, pois o interesse feminino em ingressar no mercado de trabalho tende a aumentar com a elevação do seu nível educacional. Em quatro anos, a proporção de pessoas com pelo menos o segundo grau concluído subiu de 17,3% para 21,2%, na população ocupada masculina, e de 24,9% para 30,4%, na feminina. (IBGE, 2001)
Fonte: PNUD, 2000.

No que se refere ao ensino primário ou fundamental⁹, dados da UNESCO apontam-no como o maior subsetor de qualquer sistema educacional no mundo, isto é, dentre todos os setores educacionais, o primário ou fundamental é aquele que possui o maior número de alunos matriculados. Além disto, desde a conferência *Educação para Todos* realizada em 1990 na Tailândia, tem-se registrado um crescimento considerável no número absoluto de matrículas.

Cabe observar, na tabela abaixo, a média simples de duração da educação primária ou fundamental nos países da América Latina é de 5,8 anos. A taxa líquida de escolarização, isto é, a relação entre o número total de alunos matriculados e o total de indivíduos na mesma faixa de idade, apresenta algumas flutuações entre os países da América Latina. Argentina, Bolívia e México apresentam taxa de escolarização de 100% para ambos os sexos, ou seja, nesses países todos os indivíduos em idade escolar (primária) estão matriculados na escola. Os piores resultados são encontrados em El Salvador (81%) e na Nicarágua (80%) de jovens escolarizados.

9. A expressão educação fundamental é utilizada pela UNESCO desde 1946, data da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Porém esta expressão atualmente está caindo em desuso sendo substituída pela expressão educação primária ou fundamental. Neste sentido, a educação primária ou fundamental deve ser entendida como a educação que facilitaria a alfabetização e a aquisição de capacidades, conhecimentos e valores fundamentais necessários para a participação efetiva na sociedade.

TABELA 3¹⁰ - EDUCAÇÃO PRIMÁRIA OU FUNDAMENTAL (ISCED¹¹ I), POR PAÍSES DA AMÉRICA LATINA, SEGUNDO DURAÇÃO E TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO, 1998.

	Duração em anos	Número de matrículas 1998	Taxa líquida de escolarização (%) 1998		
			Total	Homem	Mulher
	Educação primária ou fundamental				
Argentina	6	4.821.090	100	100	100
Bolívia	6	1.444.879(a)	100	100	100
Brasil	6	31.237.481	98	100	96
Chile	6	1.831.082	88	88	87
Colômbia	5	5.062.284	87	-	-
Costa Rica	6	552.280	92	92	92
Cuba	6	1.015.897	97	96	97
El Salvador	6	925.511	81	82	80
Equador	6	1.899.466	97	96	97
México	6	14.697.915	100	100	100
Nicarágua(b)	6	830.206	80	80	80
Paraguai	6	958.734	92	91	92
Peru	6	4.299.407	100	100	100
Rep. Dominicana	4	1.003.092	87	87	88
Uruguai	6	365.297	92	92	93
Venezuela(c)	6	3.328.067	88	88	88

(a) Dados incompletos • (b) Dados referem-se ao ano de 1999 • (c) Dados referem-se ao ano de 1999.
Fonte:UNESCO, Latin America and Caribbean Regional Report. 2001.

O aumento no número de matrículas também seguiu acompanhado de uma elevação, em média, nos anos de instrução da juventude latino-americana. Esse dado é relevante, pois deve-se ter em vista que o acúmulo de anos de instrução, entre outros, aumenta a possibilidade de uma integração social mais sólida. No entanto, é necessário cautela ao se considerar esses dados já que são poucos os países que apresentam porcentagens relevantes de jovens educados por 12 ou mais anos. Os maiores percentuais de anos de instrução são encontrados na Argentina e no Chile e os

10. Notas relativas à tabela 3

Duração da educação primária ou fundamental: número de anos da educação primária ou fundamental, segundo o sistema de educação vigente em cada país, em 1996.

Taxa líquida de escolarização: A taxa líquida de escolarização é igual ao número total de alunos escolarizados no nível de ensino em idade oficial, dividido pela população do grupo de idade que corresponde oficialmente a esse nível.

11. ISCED I corresponde à educação primária ou fundamental (ou primeiro estágio da educação básica).

menores no Brasil e Nicarágua. No caso do Brasil, a tabela mostra que a educação privilegia o ensino primário ou fundamental, pois 68% da população pesquisada concentra-se dentro da faixa entre 0 a 8 anos de educação.

TABELA 4 - POPULAÇÃO URBANA DE 15 A 24 ANOS, POR PAÍSES DA AMÉRICA LATINA, SEGUNDO NÚMERO DE ANOS DE INSTRUÇÃO, 1996-1997.

	Anos	Anos de instrução			
		0 a 5	6 a 8	9 a 11	12 ou +
Argentina	1997	3	35	30	32
Brasil (a)	1996	35	33	27	5
Colombia	1997	15	25	47	13
Costa Rica	1997	7	35	40	18
Chile	1996	3	19	37	41
El Salvador	1997	16	24	34	26
Honduras	1997	16	48	20	16
México	1996	5	17	58	21
Nicaragua	1997	17	39	35	9
Panamá	1997	6	33	35	26
Paraguai	1996	11	36	28	25
Rep. Dominicana	1997	20	30	27	22
Uruguai	1997	3	38	33	26
Venezuela	1997	10	36	41	14

Fonte: CEPAL. *Panorama social de América Latina, 1998*. Santiago, 1999, quadro 24 do anexo estatístico. Publicação das Nações Unidas.

No que tange ao ensino secundário, dados recentes da CEPAL indicam que a taxa bruta de escolarização na América Latina também aumentou de 45% para 53% entre 1980 e 1990.

“A educação secundária e superior deixaram de ser – no transcurso de poucas décadas – instâncias elitistas de formação e socialização juvenil e se transformaram em espaços abertos a contingentes muito mais amplos e heterogêneos de jovens que apostavam melhorar substancialmente seus níveis de bem-estar e status socioeconômico.” (CEPAL, 2000b:129).

Na tabela a seguir é possível comparar as taxas líquidas de escolarização secundária dos diversos países. Segundo os dados, os maiores percentuais são encontrados em Cuba (75%), Argentina (74%) e Chile (70%) e as piores taxas na Nicarágua (39%), Paraguai (42%) e El Salvador (43%). Comparando-se os dados das tabelas 4 e 5 percebe-se que existe um afinilamento no acesso a níveis mais elevados de instrução, ou seja, da população total em idade escolar apenas uma parcela efetivamente ingressa no ensino superior.

TABELA 5¹² - EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA (ISCED¹³ 2 E 3), POR PAÍSES DA AMÉRICA LATINA, SEGUNDO DURAÇÃO E TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO, 1998.

	Duração do ensino secundário geral (em anos)		Número de matrículas 1998	Taxa bruta de matrículas (%) 1998		
	1º Ciclo	2º Ciclo		Total	Homem	Mulher
Argentina	3	3	3.555.848	74	71	76
Bolívia	2	4	823.432 (a)	68	70	66
Brasil	2	3	14.404.835	50	46	55
Chile	2	4	1.334.239	70	69	72
Colômbia	4	4	3.549.368	57	-	-
Costa Rica	3	2	212.945	44	42	47
Cuba	3	3	739.980	75	71	79
El Salvador	3	3	401.545	43	-	-
Equador	3	3	903.569	46	45	47
México	3	3	8.721.726	56	56	56
Nicarágua(b)	3	2	317.468 (c)	39	35	42
Paraguai	3	3	367.567	42	41	43
Peru	3	2	2.212.033	61	62	61
Uruguai	3	3	275.090	66	56	76
Venezuela(d)	3	2	1.522.225	50	46	55

(a) Dados incompletos; (b) Dados referem-se ao ano de 1999; (c) Incluindo ISCED nível 2 educação vocacional e educação vocacional privada; (d) Dados referem-se ao ano de 1999

Fonte: UNESCO, Latin America and Caribbean Regional Report. 2001.

12. Notas relativas à tabela 5:

Duração do ensino secundário geral: primeiro e segundo ciclos: número de anos de estudo no ensino secundário segundo o sistema educativo vigente em cada país em 1996.

Taxa líquida de escolarização: A taxa líquida de escolarização é igual ao número total de alunos escolarizados no nível de ensino em idade oficial, dividido pela população do grupo de idade que corresponde oficialmente a este nível.

13. ISCED 2 corresponde à educação secundária inferior (ou segundo estágio da educação básica) e ISCED 3 corresponde a educação secundária superior

Não obstante a relevância da educação para o desenvolvimento individual e da sociedade e os progressos registrados na região da América Latina e Caribe, algumas barreiras têm dificultado o acesso a uma educação formal completa e de qualidade a jovens e adolescentes, comprometendo sua capacidade de mobilidade social e a de gerações seguintes. A vulnerabilidade dos jovens neste sentido surge, principalmente, da baixa qualidade do ensino público, da segmentação educacional e de problemas que concorrem para diminuir a procura de jovens por este serviço básico.

O processo de massificação do ensino levado a cabo em toda a região, por um lado, conforme registrado anteriormente, se prestou à elevação dos níveis educacionais da população jovem.

Porém, muitas vezes, o aumento na oferta de vagas para o ensino público não foi devidamente acompanhado por um controle da qualidade da educação que se oferecia. Como resultado, passou a ser ineficiente diante da nova realidade, provocando um aumento crescente nos níveis de repetência e também nas avaliações negativas sobre os conhecimentos adquiridos.

Além disso, e em estrita relação com o problema da qualidade do ensino, está o problema da segmentação socioeconômica das escolas. As escolas, cada vez mais, se dirigem a públicos específicos, distintos por sua classe social, limitando a interação entre diferentes. Neste sentido, a acumulação de capital social passa a operar em círculos mais restritos, favorecendo o isolamento de jovens e a exclusão ainda mais.

Por fim, também relacionada a esses problemas, encontra-se uma preocupação dos jovens estudantes, referente a uma outra dimensão crucial de sua vida o trabalho. Em geral, a principal inquietação dos jovens sobre a educação remete à questão da perda da importância do ensino formal para sua inserção no mercado de trabalho: "Eu me pergunto: pra que o segundo grau? E tenho que trabalhar não é? Não vejo bem a necessidade de um segundo grau para ganhar dinheiro. Pedem mais é experiência." (Castro et al, 2001: 505).

Assim, na América Latina, muitos têm abandonado os estu-

dos, ou ainda, nem chegam a iniciá-los: aproximadamente 700.000 jovens não chegaram a ser alfabetizados, são poucos os países que apresentam porcentagens relevantes de jovens educados por 12 ou mais anos e em outros persistem baixos índices de escolarização primária – como República Dominicana – e secundária, como é o caso de El Salvador, Venezuela e Paraguai.

2.1.3 TRABALHO

Muitos estudantes abandonam os estudos para trabalhar, comprometendo, por muitas vezes, seu processo de formação e capacitação profissional. Assim, percebe-se uma defasagem do ensino formal frente às novas exigências de habilidades e conhecimentos, e isso tem constituído inequívoca fonte de vulnerabilidade.

A vulnerabilidade atinge os trabalhadores em diversas dimensões, ou seja, dado às referidas novas exigências do mercado, e heterogeneidade da produção contribuem para que este grupo enfrente maiores dificuldades baseadas na falta de instabilidade nos empregos, crescimento da informalidade e escassa abertura de novos postos de trabalho.

Assim, podemos afirmar que o trabalho é um dos insumos mais categóricos com os quais contam os indivíduos de classes médias e baixas.

De acordo com estudo da CEPAL, baseado na tipologia desenvolvida por Filgueira e Fuentes¹⁴ (CEPALb, 2000: 116), a equação estudo e trabalho se realiza de forma diversificada entre os jovens, como se ilustra no quadro seguinte:

14. Percebe-se que a educação e o trabalho são dimensões fundamentais para o desenvolvimento dos jovens como membros produtivos da sociedade. Figueira e Fuentes desenvolveram um quadro de referência onde é possível posicionar os jovens segundo quatro situações típicas associadas a educação e trabalho. Segundo os autores, a primeira situação corresponde ao jovem que estuda e não trabalha. Esses jovens podem ser caracterizados como vivenciando uma situação típica de dependência econômica e residencial em relação aos seus pais. Tal combinação é mais comum entre os jovens não-pobres e solteiros que moram junto com os familiares. Ainda segundo os autores, os jovens nessa combinação desempenham o papel social de "adolescentes típicos". A combinação inversa, jovens que só trabalham e não estudam (abandono do sistema escolar), corresponde à configuração de "papéis adultos". Já os jovens que trabalham e estudam vivenciam uma situação de transição entre a vida jovem tradicional e a vida adulta. Figueiras e Fuentes caracterizam este grupo como jovens "transitórios". Por fim, a última categoria compreende os jovens que não trabalham nem estudam. Os autores definem esses jovens como "isolados", uma vez que, do ponto de vista dos papéis sociais, eles perderam posições estruturais do mundo juvenil sem adquiri-las no mundo adulto.

QUADRO 1: JOVENS LATINO-AMERICANOS SEGUNDO SITUAÇÃO DE EDUCAÇÃO E TRABALHO

Estudam e não trabalham	<ul style="list-style-type: none"> • A maioria dos jovens de 15 a 24 anos, acima da linha de pobreza só estuda. • No Brasil apenas 6% dos jovens de 20 a 24 anos, abaixo da linha de pobreza, estudam. • Entre os jovens de 25 a 29 anos, na média da América Latina, menos de 2% apenas estudam.
Trabalham e não estudam	<ul style="list-style-type: none"> • Para os jovens do sexo masculino e pobres, moradores de zonas rurais, a porcentagem varia entre 60% e 90%. • As porcentagens dos jovens que só trabalham aumentam com a idade.
Trabalham e estudam.	<ul style="list-style-type: none"> • Essa categoria apresenta modelos racionais bastantes diferenciados. • Entre 3% e 16% dos jovens moradores de zonas urbanas no Chile, Colômbia e México. • Entre 10% a 32% dos jovens moradores de zonas urbanas do Brasil, Bolívia e Costa Rica.
Não trabalham nem estudam: "isolados"	<ul style="list-style-type: none"> • Entre 10% a 30% das mulheres jovens nas zonas urbanas pobres e entre 40% e 80% nas zonas rurais pobres. • Para os homens, entre 5% e 15% dos abaixo da linha de pobreza e entre 3% e 8% entre os não-pobres.

Fonte: CEPAL. Juventude, População e Desenvolvimento na América Latina e no Caribe. 2000.

Na busca de incorporação ao mercado de trabalho na América Latina, jovens e adolescentes deparam-se também com outros problemas que concorrem para vulnerabilizá-los. Por um lado, e também relacionado à deserção escolar, muitos relatam o paradoxo da exigência de experiência prévia para uma primeira ocupação. Por outro, uma vez ocupando um posto de trabalho, grande contingente vivencia dificuldades de diversas naturezas derivadas, seja de sua baixa qualificação, seja de seu baixo grau de articulação política comparado ao de seus colegas adultos.

Uma recente pesquisa realizada na cidade do Rio de Janeiro (Abramovay et al, 2001), ressalta a grande dificuldade que os

jovens enfrentam para conseguir o seu primeiro emprego. Entre as principais causas apontadas estão, além das qualificações profissionais requeridas pelo empregador, outros requisitos, tais como local de moradia, que não pode ser violento e aparência, corpo bem esbelto e de pele clara, fatores que dificultam ainda mais o ingresso dos jovens da periferia em melhores postos de trabalho.

QUADRO 2 - PRECISA-SE DE JOVEM:

MORADOR DE ÁREA NÃO VIOLENTA

Em certos lugares, quando vou procurar emprego, preencher ficha, eu boto Jacarepaguá, não boto Cidade de Deus, não. Prejudica, pode prejudicar. (Grupo focal com jovens, Rio de Janeiro)

QUE NÃO VÁ SE ALISTAR

Eu não posso trabalhar agora, eu fui me alistar, vou servir ano que vem. Ninguém quer dar emprego pra mim. (Grupo focal com jovens, Rio de Janeiro)

EXPERIENTE

O que falta pra gente, também, é a falta de experiência, porque eles não dão oportunidade e muitos de nós também não têm uma profissão ainda, aí fica difícil. Fazendo Formação Geral, a gente vai sair daqui sem nada, sem qualificação nenhuma, teria ainda que fazer curso de inglês, informática. (Grupo focal com jovens, Rio de Janeiro).

DE "BOA APARÊNCIA"

Quem tem uma aparência assim, como a minha fica desempregada pro resto da vida. E outra: você tem que ter um corpo bom pra poder usar a própria roupa da loja. Porque a pessoa tem que ser magrinha, não pode ter barriguinha, tem que ter corpinho bom que dê para colocar... (Grupo focal com jovens, Rio de Janeiro).

"CLARINHA"

Em algumas lojas assim, eles até avisam, no caso: Ah! Pô, arruma uma pessoa pra trabalhar comigo. Só que não pode ser negras. No máximo, moreninha jambo, clarinha. (Grupo focal com jovens, Rio de Janeiro).

Fonte: Abramovay et al. (2001: 94).

Embora colhidos entre jovens brasileiros, os depoimentos acima transcritos não parecem ser distantes da realidade de outros

jovens latino-americanos moradores de centros urbanos.

A vulnerabilidade dos jovens tem-se traduzido em um primeiro momento em altas taxas de desemprego. Segundo informações estatísticas da Organização Internacional do Trabalho, em alguns países da América Latina o desemprego atinge a mais de 20% dos jovens entre 15 a 24 anos. Os dados da tabela mostram que na maioria dos países da América Latina as taxas médias anuais de desemprego juvenil apresentam um vertiginoso crescimento nos últimos 10 anos (com exceção do México).

TABELA 6 – TAXA ANUAL MÉDIA DE DESEMPREGO JUVENIL, POR PAÍSES DA AMÉRICA LATINA, 1990-1999.

País	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Argentina 15-24	15,2	12,3	13,0	-	21,2	30,1	31,1	27,2	24,4	26,4
Bolívia 20-29	9,5	7,3	7,0	8,2	4,5	5,4	-	-	-	-
Brasil 18-24	-	9,1	11,2	10,3	9,6	9,3	10,5	11,4	14,3	15,0
Chile 20-24	12,0	12,4	10,3	10,2	11,9	10,1	12,2	13,6	15,1	20,5
Colômbia 20-29	15,1	15,1	15,2	12,4	13,2	13,0	15,6	18,1	21,7	26,0
Equador 15-24	13,5	18,5	17,3	15,7	14,9	15,3	20,0	19,4	22,6	-
México 20-24	-	-	4,4	5,7	6,0	9,9	8,8	6,5	5,9	4,8
Paraguai 20-24	14,1	9,5	7,3	8,8	5,5	7,8	12,6	31,5	-	-
Peru 14-24	15,4	11,2	15,8	16,1	13,7	11,2	14,9	12,7	14,1	17,1
Uruguai 14-24	26,1	27,9	24,4	23,3	25,5	25,5	28,0			
Venezuela 15-24	18,0	15,8	13,4	13,0	15,9	19,9	25,4	23,1	21,9	27,9

FONTE: Elaboração da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre as bases de informação das pesquisas por domicílios dos respectivos países in CEPAL, Juventud, Población y Desarrollo em América Latina y el Caribe, 2000.

Além de se depararem com o desemprego, os jovens latino-americanos sofrem os efeitos do déficit entre o sistema educacional e as novas demandas do mercado de trabalho e precisam lidar com os problemas de uma inserção precária no mercado de trabalho. As dificuldades econômicas enfrentadas pelos países da região geram também um clima de instabilidade que pressiona os jovens de camadas populares no sentido de buscarem uma incorporação prematura no mercado de trabalho. Isso afeta negativamente esses jovens quanto à possibilidade de êxito dentro do sistema educacional, uma vez que, além do trabalho enfrentam as dificuldades do estudo.

No limite, a entrada prematura no mercado de trabalho faz com que muitos jovens abandonem a escola e de certa forma determina a possibilidade de um bom emprego futuro para eles. Como podemos notar na tabela abaixo essa situação é corriqueira para muitos países da América Latina. No Brasil, por exemplo, 36% dos jovens de 13 a 17 anos de idade trabalham em alguma atividade e, destes, 61% trabalham na área rural.

TABELA 7 - CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 13 A 17 ANOS QUE TRABALHAM, POR PAÍSES DA AMÉRICA LATINA.

País	Ano	Total	Urbano	Rural
Argentina	1997	-	7	-
Bolívia	1997	39	17	68
Brasil	1996	36	29	61
Chile	1996	6	5	11
Colômbia	1997	18	11	27
Costa Rica	1997	22	12	28
Equador	1997	-	16	-
Honduras	1997	35	26	42
México	1994	23	16	33
Panamá	1997	11	5	19
Paraguai	1996	-	29	-
Uruguai	1997	-	15	-
Venezuela	1997	14	-	-

Fonte: CEPAL, sobre a base de tabulações especiais de pesquisas por domicílios dos respectivos países, 1998.

Além do desemprego entre a população jovem, outro aspecto de sua vulnerabilidade no que se refere ao trabalho é a grande distribuição de jovens por postos de trabalho pouco remunerados, muitas vezes situados no mercado informal. Os depoimentos que se seguem, colhidos em pesquisa da UNESCO no Brasil (Castro et. al 2001: 46), corroboram essa concentração do público jovem em atividades informais, desnudando tanto as precárias condições vividas nas relações de trabalho, como sua vulnerabilidade a explorações.

QUADRO 3 – VÃO ESMOLANDO

Grupo focal com educadores, Rio de Janeiro

{...} são engraxates, fazem pequenos bicos, pequenas entregas, fazem montagens de algumas coisas, alguma pintura, qualquer atividade de baixo conhecimento que eles possam fazer. Vão ali ajudar ao pai fazer trabalhos de pedreiros, então vão capinar alguma coisa, então eles fazem pequenas atividades, são flanelinhas, vão vigiar carros. Alguns, aqueles que tem um pouco de sorte, vão ser contínuos, mas a grande maioria está neste eixo de atividade do mercado informal, não tem carteira assinada, não sabem seus direitos, são explorados.

Eles estão esmolando, vendendo em feiras livres, que já são tradicionais, mercados e, nos finais de semana, também nas parias. E de noite encontra-se muita criança também vendendo na rua. No mercado formal nós não temos jovens, dessa clientela nossa, não.

Fonte: Castro et al (2001: 46).

2.1.4 SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA

Além da educação e do trabalho, outra esfera central à vida dos jovens e adolescentes, em especial para meninas e moças, diz

respeito à sua saúde sexual e reprodutiva. Nesse campo a vulnerabilidade manifesta-se quando se analisam as diferenças entre os serviços privados de saúde, associados à nova economia e com planos e carências de alto-custo e que geralmente atendem apenas os setores mais privilegiados na população. Em contraste com o aparelho público onde se oferece um menor repertório de serviços e tratamentos geralmente destinados para as classes médias e baixas da população. Segundo Pizarro (2001:15),

"as tecnologias obsoletas, os sistemas de administração ineficientes e os poucos recursos com que contam a saúde pública na América Latina expôs os indivíduos de camadas populares a condições de risco quanto ao fato de não poderem ser atendidas imediatamente ou então não poderem recorrer a certos medicamentos devido seu alto custo."

No caso dos jovens, segundo dados da Organização Pan-americana de Saúde (OPS), a iniciação da atividade sexual na adolescência para ambos os sexos é um fenômeno comum na América Latina: "[...] 40% dos adolescentes do Brasil e de El Salvador haviam tido relações sexuais aos 15 anos. Em 1996, estimou-se que 50% dos adolescentes latino americanos menores que 17 anos já eram sexualmente ativos." (CEPAL, 1999: 140).

A iniciação sexual na adolescência tem-se revelado problemática na região na medida em que muitos jovens não estão suficientemente informados ou preparados para evitar riscos como a gravidez indesejada e a contaminação por doenças sexualmente transmissíveis, incluindo o contágio por HIV. Conforme se pode observar na tabela abaixo, a gravidez de adolescentes mantém-se elevada na maioria dos países latino-americanos. Na média nacional dos países, conforme os dados apresentados, de 20% a 25% das mulheres tiveram seu primeiro filho antes dos 20 anos de idade. Se considerarmos apenas a população rural essa porcentagem chega a mais de 30%.

TABELA 8 - MULHERES DE 20 A 24 ANOS DE IDADE QUE ENTRE OS 15 E 19 ANOS TIVERAM FILHOS, ATUALMENTE VIVOS, POR PAÍSES DA AMÉRICA LATINA.

País	Ano	Total	Urbano	Rural
Argentina	1997	-	16	-
Bolívia	1997	25	18	40
Brasil	1996	21	20	28
Chile	1996	22	20	31
Colômbia	1997	23	20	30
Costa Rica	1997	28	23	32
Equador	1997	-	20	-
Honduras	1997	27	21	35
México	1994	19	17	24
Panamá	1997	22	16	32
Paraguai	1996	-	23	-
Uruguai	1997	-	13	-
Venezuela	1997	26	-	-

Fonte: CEPAL, sobre a base de tabulações especiais de pesquisas dos respectivos países.

Geralmente a gravidez adolescente e a incidência de DST estão vinculadas a aspectos como, por exemplo, a pobreza e a falta de informações. A literatura recente sublinha algumas lacunas deixadas pelas políticas públicas no que se refere a um sistema de saúde apropriado, sensível a vivências dos jovens em relação a sua sexualidade e à vida reprodutiva, em particular das jovens. Ainda segundo a OPS:

“A atividade sexual prematura associada ao baixo rendimento escolar ocasionam maiores taxas de natalidade e expõe as adolescente ao risco da gravidez e doenças sexualmente transmissíveis, como a AIDS. As jovens da região não se previnem contra a gravidez ou não buscam tratamento para doenças sexualmente transmissíveis, por causa das normas sociais, restrições financeiras, vergonha e poucos conhecimentos.” (CEPAL, 2000b : 141).

TABELA 9 – DISTRIBUIÇÃO POR SEXO DOS JOVENS DE 15 A 24 ANOS PORTADORES DE HIV/AIDS NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, 2000.

América Latina & Caribe - Jovens de 15 a 24 Anos	
Homens	69% (379.500).
Mulheres	31% (170.500).
Total	100% (550.000).

Fontes: MICS, UNICEF 2000. Country-specific HIV prevalence rates, UNAIDS/UNICEF, 2000.

De acordo com a tabela acima, mais de 550.000 jovens são portadores de HIV/Aids na América Latina e no Caribe. Destes, a grande maioria (69%) é formada por jovens do sexo masculino, apesar do grande crescimento da epidemia entre mulheres - conhecida como femininização da Aids. Os jovens são estimulados a desenvolver a sua sexualidade desde cedo, sem que para tanto, sejam devidamente instruídos e sensibilizados sobre os processos de transmissão de HIV/Aids.

Os problemas decorrentes do contágio por HIV e outras doenças sexualmente transmissíveis geralmente se referem não apenas ao comprometimento do desenvolvimento dos jovens que, juntamente com as dificuldades geradas pela gravidez indesejada, também concorrem para vulnerabilizar os jovens e comprometer sua trajetória no ensino formal e no desempenho de atividades produtivas. Segundo dados da CEPAL (CEPAL, 2000a) as mães adolescentes estudam geralmente dois anos menos do que outras jovens da mesma faixa etária.

2.1.5 LAZER

O lazer constitui, por fim, uma importante dimensão a ser analisada, tanto pelo destaque conferido às atividades recreativas, como pela relevância de tais atividades no desenvolvimento pessoal e integração social desses jovens. Por um lado, estudos demonstram que os jovens possuem um imaginário associado ao prazer, expresso em atividades recreativas. Por outro lado, diver-

sas pesquisas, muitas realizadas no marco institucional da UNESCO, vêm apontando o lazer como o "momento privilegiado para [os jovens] afirmarem e reafirmarem laços de amizade, desenvolverem sua criatividade e confrontarem-se consigo mesmos, numa situação interpares, intergêneros e, por vezes, entre estratos sociais diferenciados." (Minayo et al., 1999: 51)

Segundo pesquisas recentes (Minayo et al., op cit; Castro et al 2001, Abramovay et al 1999 e UNESCO 2001), o lazer, o esporte, a arte e a cultura entram com "um papel fundamental na formação da visão de mundo, na construção da identidade e no enfrentamento dos tabus culturais" (Minayo et al., op cit: 50) para jovens e adolescentes. No desempenho deste tipo de atividades, os jovens internalizam valores, fazem e externalizam suas escolhas legítimas – podendo reforçar sua auto-estima e protagonismo –, dão vazão a sentimentos de frustração e protesto, e constroem laços de solidariedade e cooperação com outros. Assim, são poderosos canais de expressão e afirmação positiva da identidade, e por essa razão constituem fortes *contrapontos* à violência.

Não obstante sua relevância, registram-se por toda a América Latina diversas restrições às oportunidades de lazer, em especial de jovens de camadas populares. Dispõem de reduzidos espaços de divertimento em seu bairro, o cenário predominante é escassez de espaços de sociabilidade.

No Brasil, por exemplo, recente estudo publicado pela UNESCO, realizado a partir de dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sobre o estado geral dos equipamentos culturais e sociais dos municípios brasileiros, adverte para a falta de espaços de lazer e cultura para a juventude. Segundo os dados divulgados:

“Cerca de 19% dos municípios brasileiros não têm uma biblioteca pública; cerca e 73% não dispõem de um museu; cerca de 75% não contam com um teatro ou casa de espetáculo e em 83% não existe um cinema. Predominam carências também quanto a ginásios poliesportivos, já que cerca de 35% dos municípios não contam com tal equipa-

mento, enquanto em 64% deles não há uma livraria.”
(Castro et al. 2001 : 55)

Apesar de os dados referirem-se ao Brasil observa-se que essa realidade é constante para os outros países da América Latina onde a escassez de equipamentos culturais é um fato marcante.

Além da insuficiência do equipamento social e cultural, é possível observar a desigualdade na distribuição desse equipamento entre áreas da cidade. Nos bairros latino-americanos mais pobres, onde se registram precárias condições de infra-estrutura e reduzida oferta de atividades culturais, esportivas e de lazer, uma das poucas opções de diversão que resta aos jovens é o futebol.

QUADRO 4 – FICAR PELAS RUAS NO FINAL DE SEMANA

Grupo focal com educadores

Lazer, para os jovens, pode ser colocar duas sandálias na rua e jogar futebol com a bola amassada e tal, muitos por falta de condição mesmo. A realidade é de pobreza e de dificuldade de acesso a outro tipo de lazer que não seja o futebol, não tem, é ficar pelas ruas durante os finais de semana... dificilmente eles saem disso.

Fonte: Castro et al. (2001: 60).

2.2 A VULNERABILIDADE SOCIAL E O FOMENTO DA VIOLÊNCIA JUVENIL

O acesso negado dos jovens latino-americanos a processos básicos como os analisados restringe a capacidade de formação, uso e reprodução dos recursos materiais e simbólicos; torna-se fonte de vulnerabilidade, contribuindo para a precária integração desses jovens às estruturas de oportunidades, quer provenientes do Estado, do mercado ou da sociedade. Ademais, diversas modalidades de separação do espaço e das oportunidades sociais, que incluem a segregação residencial, a separação dos espaços públicos de sociabilidade e a segmentação dos serviços básicos – em especial, da educação – concorrem para ampliar a situação de desigualdades sociais e a segregação de muitos jovens latino-americanos.

A partir da associação da vulnerabilidade com a desigual-

dade social e a segregação juvenil, tem-se conseguido esclarecer cenários das complexas nuances da relação juventude e violência. Essa relação é percebida como o produto de dinâmicas sociais, pautadas por desigualdades de oportunidades, segregações, uma inserção deficitária na educação e no mercado de trabalho, de ausência de oportunidades de lazer, formação ética e cultural em valores de solidariedade e de cultura de paz e de distanciamento dos modelos que vinculam esforços a êxitos.

A combinação desses fatores tem sido responsável por situar os jovens à margem da participação democrática que colabore na construção de identidades sensíveis à diversidade cultural e à solidariedade por compromissos de cidadania, assim como no fortalecimento de auto-estima e de um sentimento de pertencimento comunitário. Em decorrência, muitos ficam relegados às influências que nascem de sua interação cotidiana nas ruas, com outros que partilham das mesmas carências quando não são atraídos pelo mundo do crime e das drogas, inclusive por seus símbolos e práticas autoritárias de imposição de poder, ou de protagonismo negativo.

A violência juvenil, nesse contexto, tem emergido sob diversas lógicas. Por um lado, tem representado uma forma de os jovens quebrarem com sua invisibilidade e mostrarem-se capazes de influir nos processos sociais e políticos da América Latina. Diante de uma sociedade que manipula canais de mobilidade social e segrega socialmente setores da população, e que, além de não reconhecer, estigmatiza os principais canais de participação juvenil – tais como grupos de *rappers* – a violência vem servindo, em alguns casos, para colocá-los nos meios de comunicação e chamar a atenção para sua difícil vida.

QUADRO 5 - OS RAPPERS - ALTERNATIVA ÀS GANGUES

- *Pertenceram a diversos tipos de gangues: não se dedicam à prática de transgressões, não adotam rituais de admissão e ingresso, não possuem qualquer tipo de arranjo hierárquico.*
- *Voz de uma geração periférica, estigmatizada*
- *Rap assume a dupla função de um componente central das atividades de lazer e de um canal de expressão da revolta.*

Fonte: Abramovay et al, (1999).

Em relação mais direta com a crise das instituições socializadoras e de orientação normativa, a violência tem-se prestado como um eficiente mecanismo de resolução de conflitos e obtenção de recursos. A experiência de processos de exclusão e desigualdades sociais, além de gerar privações materiais, fomenta entre os indivíduos sentimentos de desencanto e frustração, concorrendo para a erosão dos laços de solidariedade. Nesse contexto, as frágeis redes de coesão social colaboram para uma assimilação perversa a espaços restritos de pertencimento tais como quadrilhas de tráfico de drogas e de armas, gangues etc.

Por outro lado, a não-presença de um Estado orientado para o bem-estar social, desenvolvimento cultural e lúdico em comunidades pobres, ou de governabilidade positiva é preenchida por formas de governabilidade negativa, como sugere o testemunho do quadro seguinte:

QUADRO 6 - O TRÁFICO FORAM (SIC) NOSSOS HERÓIS

Grupo focal com jovens

{Os traficantes} Colocaram lazer na comunidade, organizaram o futebol, coisa que a comunidade ama, entendeu? Colocaram o baile funk que, na época, a gente adorava. Poxa, os traficantes foram nossos heróis, entendeu? Na época os traficantes eram nossos heróis e não os policiais.

Fonte: Castro et al (2001: 62).

Pelo foco da vulnerabilidade advoga-se que a violência embora associada à pobreza, não é sua consequência direta, mas sim da forma como as desigualdades sociais e a negação do direito ao acesso a bens e equipamentos de lazer, esporte e cultura operam nas especificidades da cada grupo social, desencadeando comportamentos violentos.

Por outro lado, também se observa que mesmo em situações de restrição econômica é possível encontrar novas propostas para solucionar o problema ressaltado em estudos da UNESCO no Brasil, por exemplo, como através de linguagens

juvenis no campo do esporte, artes e atividades lúdicas, muitos jovens encontram saídas alternativas para realização de buscas de afirmação social¹⁵.

2.3 A VIOLÊNCIA NA AMÉRICA LATINA, COM ESPECIAL REFERÊNCIA AOS JOVENS

Análises recentes apontam que a percepção da falta de segurança está cada vez mais generalizada entre as populações latino-americanas. E, além disso, percebe-se uma mudança nas causas e na natureza da violência nesses países, principalmente na última década e também entre a população jovem de 15 a 24 anos de idade (CEPAL, 1998):

“No começo dos anos 90 a natureza da violência sofreu uma mudança significativa na América Latina e Caribe e agora a forma mais visível de violência origina-se não mais dos conflitos ideológicos sobre a natureza do sistema político e sim do crime e da delinqüência¹⁶.”

Deste modo, o tema da violência passou a ser preponderante na agenda política das autoridades nacionais e locais e dos organismos internacionais em toda a América Latina.

Segundo dados da CEPAL na América Latina e no Caribe percebe-se um grande aumento nos delitos (crimes) e nos níveis de violência. A situação é tão grave que a taxa de mortalidade por violência conjunta (1) já esta afetando diretamente a taxa de mortalidade geral (CEPAL, 1998).

Para o caso do Brasil, estudos da UNESCO ressaltam que nas principais capitais cerca de 60% das mortes da coorte entre 15 a 25 anos seria por violência conjunta (Castro et al 2001 e Waiselfisz 2000). "Na população em geral [em 1998], só 8,7% dos óbitos devem-se ao que denominamos "violência conjunta" (homicídios, suicídios e acidentes de transporte). Já na população

15. Ver entre outros, Castro et al 2001; Minayo et al, 1999 e Abramovay et al, 1999.

16. Caldeira, T.P.R. 1996. "Crime and Individual Rights: Reframing the Question of Violence in Latin America". In: E. Jelin and E. Hershberg. (Eds.), Constructing Democracy: Human Rights, Citizenship and Society in Latin America. Bolder, Colo: Westview Press: 197-211.

jovem essa categoria é responsável por mais da metade dos óbitos (52,3%)." (Waiselfisz 2000: 30).

Verifica-se o aumento da delinqüência juvenil em todas as cidades latino-americanas, e esse é um problema freqüentemente citado nas pesquisas de opinião realizadas na região (CEPAL, op. cit).

A violência entre adolescentes é um grave problema enfrentado por quase todos os países latino-americanos. Estudos recentes (Pinheiro, 1993; Gutierrez, 1978), comprovam que adolescentes vítimas de violência na infância apresentam maior possibilidade de se tornarem agentes de violência no futuro. Por isso é necessário alertar para importância fundamental de políticas públicas (universais e específicas), contemplando os jovens.

Entre as diferentes formas de violência, que atuam entre os habitantes das grandes cidades da América Latina e Caribe, incidem fatores individuais, familiares, sociais e culturais que afetam a conduta doméstica e social. Convém examinar a violência a partir de um enfoque multicausal com a finalidade de identificar os fatores que produzem ou estão associados à violência.

Entre os fatores relacionados com a posição e situação familiar dos indivíduos observa-se uma incidência muito maior de vítimas entre os jovens do sexo masculino, destacando-se os jovens homens também entre os agressores. Vários estudos alertam sobre a construção de masculinidade baseada em valores de violência (Breines et al 2000), exibição de força e a negociação de agressividade e conflitos não por brigas ou alterações verbais, mas pela banalização do uso de armas (Nolasco, 2001).

Já quanto aos fatores estruturais associados à violência na América Latina e no Caribe encontram-se os períodos de pós-guerra e de guerra civil em alguns países. Nesses períodos, quando a violência é legitimada pelo Estado, verifica-se maior oferta de armas. Segundo dados recentes (Guerrero, 1997) estima-se que, em média, a possibilidade de morte aumenta em quase 3% nas residências onde os habitantes possuem armas de fogo. Na Guatemala, por exemplo, existem dois milhões de armas nas mãos de 35% da população civil maior que 15 anos de idade. (Gutiérrez,

1998). Na Colômbia, durante 1996, 86% dos homicídios foram causados por armas de fogo (Colômbia, 1996).

O tráfico de drogas e o consumo de álcool também constituem fatores relacionados ao aumento da violência. Esses fatores associam-se à violência também no sentido de contribuírem para a maior incidência de violência doméstica e violência contra as crianças e adolescentes. Segundo dados do programa DESEPAZ, criado na cidade de Cáli em 1993, 56% dos homicídios ocorrem nos finais de semana e 25% deles apenas aos domingos. Esses dados aproximam-se de análises da UNESCO para o Brasil, que alertaram que mais de 50% dos homicídios ocorrem entre sexta-feira e domingo, entre os jovens de 15 a 24 anos no Brasil. E desses, 21,2% das ocorrências ocorrem no domingo.(UNESCO, 2001 e Waiselfsz, 2000).

Por fim, a ausência de controles institucionais efetivos propicia a presença de atos violentos. A deficiência dos sistemas judiciais, a falta de confiança da população na aplicação e cumprimento das leis e a desconfiança com a polícia contribuem significativamente para o incremento de atos violentos. A partir desse ponto de vista, a impunidade aumenta a insegurança, pois os criminosos avaliam que o risco de serem capturados (ou enfrentarem períodos de detenção) é menor do que os eventuais benefícios que podem ser conseguidos pelo crime. Já do ponto de vista das vítimas aparece o sentimento de falta de proteção oficial que, no limite, pode até mesmo levar a cometer justiça com as próprias mãos.

A questão da violência entre jovens não é um fenômeno exclusivamente latino americano; por exemplo, a literatura atual sobre juventude e violência aponta que nos Estados Unidos os adolescentes são duas vezes mais vítimas de crime do que os adultos acima de 25 anos de idade. (US. Department of Justice, 1992). Os homicídios são a quarta maior causa de mortes entre indivíduos de 1 a 14 anos e a segunda entre jovens de 15 a 24 anos. (Gans et al, 1990). Entre os negros americanos de 15 a 34 anos de idade, para homens e mulheres, o homicídio é a principal causa de morte

(Hammett et al.,1992). Ainda segundo a literatura, os homens quando comparados com as mulheres são mais freqüentemente agentes e vítimas de agressão. (Hammett et al.,1992; CDC, 1991; CDC ,1992; Hyde, 1984).

Entre os jovens adultos (18 a 24 anos) percebe-se o aumento significativo nos índices de violência urbana na última década. Como demonstrado na tabela abaixo, quase 50% da população urbana de grandes cidades latino-americanas já foi vítima de algum tipo de crime.

TABELA 10 - POPULAÇÃO VITIMIZADA, POR ALGUM TIPO DE CRIME, POR GRANDES CIDADES DA AMÉRICA LATINA.

Pessoas vitimizadas por crime (como % do total da população)							
Cidade	País	Ano	Total crimes	Roubos	Violência sexual	Agressão	Suborno (corrupção)
Assunção	Paraguai	1995	34.4	6.3	1.7	0.9	13.3
Bogotá	Colômbia	1996	54.6	11.5	4.8	2.5	19.5
Buenos Aires	Argentina	1995	61.1	6.4	6.4	2.3	30.2
La Paz	Bolívia	1995	39.8	5.8	1.5	2.0	24.4
Rio de Janeiro	Brasil	1995	44.0	12.2	7.5	3.4	17.1
San José	Costa Rica	1995	40.4	8.9	3.5	1.7	9.2

Fonte: CEPAL, 1998.

Na América Latina a mortalidade por causas externas (óbitos por violência conjunta decorrentes de homicídios, suicídios, agressões e acidentes de trânsito) atinge 20,5% dos homens e 8,1% das mulheres (CEPAL, 1999). As taxas de mortalidade mais elevadas por causas externas estão no grupo entre 15 a 24 anos de idade e para cada mulher vítima de violência conjunta existem 13 homens vitimados. Por países, a taxas mais elevadas se observam no Brasil, Colômbia e El Salvador e as mais baixas em Barbados e na Jamaica.

A maioria das vítimas de homicídios na América Latina apresentam características similares: são homens jovens, solteiros

e de estratos socioeconômicos mais baixos, e que abandonam o sistema escolar.

TABELA 11 – CLASSIFICAÇÃO DE PAÍSES DA AMÉRICA LATINA, POR ELEVAÇÃO NAS TAXAS DE HOMICÍDIO E OUTRAS VIOLÊNCIAS, POPULAÇÃO TOTAL E POPULAÇÃO DE 15-24 ANOS.

TOTAL 15 A 24 ANOS							
País	Ano	Posição	Taxa (%)	País	Ano	Posição	Taxa (%)
Colômbia	1994	1	81,4	Colômbia	1994	1	147,3
Venezuela	1994	2	65,0	Venezuela	1994	2	66,1
Brasil	1998	5	26,2	Brasil	1998	3	47,8
Bahamas	1995	7	20,8	México	1995	5	24,3
México	1995	8	20,2	Argentina	1996	6	21,6
Argentina	1996	9	18,2	Bahamas	1995	8	18,6
Guatemala	1996	12	9,3	Guatemala	1996	11	12,3
Costa Rica	1995	14	8,4	Costa Rica	1995	13	8,9

Fonte: WAISELFISZ, Mapa da Violência II, 2000.

3. O COMBATE DA VULNERABILIDADE SOCIAL POR INTERMÉDIO DO AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL

3.1 A IMPORTÂNCIA DO CAPITAL SOCIAL NO COMBATE À VULNERABILIDADE SOCIAL E À VIOLÊNCIA

Segundo vários estudos (ver entre outros Coleman, 1990; Narayan, 1997; Collier, 1998; Glaeser, Sacerdote e Scheinkman, 1996; Rubio, 1997), a diminuição da vulnerabilidade e o combate as suas conseqüências, em especial a violência, passa pela promoção e fortalecimento do capital social, conceito que se discute a seguir.

Capital social é comumente definido com o conjunto de regras, normas, obrigações, reciprocidades e confiança presentes em relações, estruturas e arranjos institucionais da sociedade que permitem seus membros buscarem seus objetivos individuais e comunitários. (Coleman, 1990; Narayan, 1997)

Putnam (1993:167) define capital social como os atributos das organizações sociais, tais como confiança, normas e redes que podem aumentar a eficiência da sociedade ao facilitar a coordenação de ações.

Collier (1998) oferece uma definição que destaca não somente a parte social do conceito mas também o componente *capital*. Ele sustenta que o capital social para ter efeitos econômicos e sociais significativos precisa ser capaz de produzir externalidades. Collier aponta três tipos de externalidades que podem ser afetadas pelo capital sociais: aqueles que aumentam a reserva de conhecimento; as que reduzem os incentivos para o comportamento individual oportunista; e aqueles que ajudam a solucionar o problema do comportamento oportunista na ação coletiva (*free rider*).

O capital social não é um conceito homogêneo, mas uma composição de vários elementos sociais que promovem (contextualizam) a ação individual e coletiva. As pesquisas desenvolvidas

a respeito vêm utilizando indicadores de capital social baseados na participação em organizações sociais, atitudes cívicas, cooperação e sentido de confiança entre os membros da comunidade.

Existem dois argumentos principais que defendem os efeitos positivos do capital social sobre a redução da violência (crime). Ambos, segundo os autores, estão ligados ao entendimento de relações simpáticas (*sympathetic*) entre os membros da comunidade:

- o capital social reduz os custos das transações sociais, colaborando para soluções pacíficas dos conflitos.
- comunidade com fortes laços entre seus membros são melhores equipadas para superar o problema de ação coletiva do tipo *free-rider*.

Por outro lado, acredita-se que, em certos contextos, fortes interações sociais permitem aos indivíduos envolvidos em atividades criminais trocarem com mais facilidade informações e know-how para a diminuição dos custos do crime.

Além do mais, essas interações sociais podem facilitar a influência de marginais sobre outros membros da comunidade, desenvolvendo a propensão ao crime e violência. De acordo com Glaeser, Sacerdote e Scheinkman (1996), essa interação social perversa pode ser a causa fundamental para a inércia das taxas de crime, observadas nas cidades dos EUA.

Outro pesquisador, Rubio (1997), analisa o papel dos cartéis do tráfico, grupos guerrilheiros e de gangues na Colômbia. Para o autor, esses grupos corrompem as comunidades colombianas ao oferecerem ao jovens um modelo de vida ligado às armas e à violência, como alternativa para a saída da miséria local.

Mas, como explicar efeitos diametralmente opostos do capital social na violência? A literatura indica que os efeitos do capital social estão relacionados com a sua abrangência na sociedade.

Para Lederman et al. (2000) o capital social ajuda a diminuir os conflitos e a violência quando consegue transpor os limites de grupos específicos. De modo oposto, revela o potencial de induzir o aumento de crimes e violências quando concentrados em grupos isolados e particulares, tais como gangues, clãs étnicos e vizinhanças,

não sendo disseminados por toda a sociedade.

Neste trabalho, denomina-se o primeiro tipo de capital social de *capital social intergrupala*; e o segundo tipo, de *capital social intragrupal*.

Narayan (1999) estende a formulação de Lederman e relaciona a abrangência do capital social com a eficiência das ações do Estado (funcionalidade de governo) para explicar os efeitos do capital social no combate à vulnerabilidade em geral, e à pobreza em específico. Para o autor, a combinação entre o capital social e a ação do Estado pode gerar: bem-estar social e econômico, a permanência da situação de exclusão, o conflito ou ações coletivas de superação dos problemas, dependendo da abrangência do capital social e da eficiência da ação estatal (Narayan, 1999: 14).

O bem-estar social e econômico é obtido em cenários ideais, onde a funcionalidade do governo, complementada pela existência de fortes relações sociais intergrupais, consegue produzir resultados econômicos e sociais positivos para os problemas apresentados.

Em países, regiões ou comunidades em que funcionalidade de governo com clivagens sociais, e em que um grupo exerce domínio sobre a estrutura política, a existência de capital social intragrupal favorece a consolidação da situação de exclusão dos grupos não dominantes. Porventura, se os grupos não-dominantes conseguirem organizar um capital social que transpasse suas identidades, sua ação pode alterar o *status quo* e a distribuição de poder entre os grupos, alcançando a situação de bem-estar social e econômico.

De outra forma, Narayan (1999) explica que na situação de mau funcionamento estatal a sociedade com capital social predominantemente do tipo intragrupal estaria mais disposto a debandar-se para o conflito, violência, guerra civil. Para o autor, com o mau funcionamento da força estatal, os grupos sociais passam a substituir as funções do aparato público, no entanto, uma vez que o capital social é do tipo intragrupal, os benefícios gerados por essa substituição são concentrados no grupo dominante,

que exclui os demais pelo uso da força ou pela ameaça do uso.

Em sociedades onde os recursos estatais não conseguem atender demandas da população, mas onde é predominante o capital social intergrupar, as interações sociais extra-estatais tornam-se gradualmente substitutas das funções estatais, formando a base para estratégias e ações de superação dos problemas daquelas sociedades. Associações de moradores, cooperativas de produtores, associações de pais e mestres, organizações não-governamentais de proteção a minorias independentes ou com pouco contato com agências governamentais passam a suprir demandas não atendidas pelo Estado.

A literatura analisada sobre capital social e sua relação com a pobreza, com a exclusão e com a violência (apenas para citar alguns casos específicos), sugere que intervenções que objetivam a melhoria das economias nacionais precisam levar em consideração a organização social, facilitando ou incentivando a promoção de interações intergrupais que fortaleçam o capital social abrangente para que a sociedade participe da formulação, implementação e avaliação das estratégias de desenvolvimento.

3.2 DESENVOLVENDO POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À VULNERABILIDADE SOCIAL E À VIOLÊNCIA JUVENIL

Conforme visto anteriormente, o fomento da violência entre os jovens latino-americanos possui íntima relação com as desigualdades e o não-acesso à riqueza e cidadania, ou seja, a exclusão social. Combater o problema da crescente violência requer, pois, políticas públicas que busquem superar a condição vulnerável desses jovens.

No que tange a essa tarefa, a literatura (CEPAL, 2000a) tem destacado a importância de se tomar os jovens segundo uma perspectiva dupla, na qual eles seriam, por um lado, receptores de serviços públicos que buscassem enfrentar a equação desigualdades sociais e exclusão social; e, por outro lado, atores estratégicos no desenvolvimento de sociedades mais igualitárias e

democráticas. A adoção dessa perspectiva dupla se prestaria à superação de alguns aspectos das políticas públicas voltadas para a juventude, inerentes às políticas sociais como um todo, as quais muitas vezes concorrem, contraditoriamente, para acentuar a vulnerabilidade juvenil, socialmente negativa.

Um primeiro aspecto das políticas públicas que se revela incompatível com a incorporação dessa dupla perspectiva se refere ao caráter predominantemente assistencialista de boa parte das políticas que atendem aos jovens. Esse enfoque assistencialista corresponde a uma prática comum nas políticas sociais popularizadas na região na década de 80, com o agravamento das condições sociais fomentado pelas medidas de ajuste estrutural. Sua superação revela-se importante na medida em que não valoriza e tampouco promove a participação juvenil, crucial para a conclusão do principal projeto de vida dos jovens, que é a conquista de sua autonomia (CEPAL, 2000a).

A adoção de uma perspectiva que enfatize o desejo e a vontade dos jovens, quando da elaboração, aplicação e avaliação de políticas públicas representa uma grande preocupação nos estudos contemporâneos sobre juventude. Em recente publicação da UNESCO (Castro et al, 2001), sobre projetos sociais bem sucedidos envolvendo jovens em situação de vulnerabilidade social, o protagonismo juvenil aparece como importante contraponto à violência e exclusão social. O protagonismo juvenil é parte de um método de educação para a cidadania que prima pelo desenvolvimento de atividades em que o jovem ocupa uma posição de centralidade, e sua opinião e participação são valorizadas em todos os momentos.

As experiências ali analisadas demonstram que a ênfase no jovem como sujeito das atividades contribui para dar-lhes sentidos positivos e projetos de vida, ao mesmo tempo que conduzem à reconstrução de valores éticos, como os de solidariedade e responsabilidade social.

O combate à vulnerabilidade social também implica a superação dos enfoques setoriais e desarticulados de grande parte

das políticas sociais. Conforme visto anteriormente, problemas como a exclusão, desigualdades sociais, discriminações e a violência decorrem de uma multiplicidade de fatores que interagem entre si formando complexas redes causais. Entretanto, e em relação direta com a ausência de uma coordenação interinstitucional, um traço inerente às políticas, especificamente àquelas voltadas para a juventude, refere-se justamente à ausência de uma percepção integrada sobre os problemas sociais e suas raízes multicausais. O negligenciamento de tal fato proporciona abordagens incompletas onde as ineficiências são esperadas.

Além disso, e associada a esta última limitação, está a questão da desarticulação entre as diversas instituições do setor público que lidam com os problemas sociais e dos jovens. A convivência de políticas desenvolvidas por distintos organismos, sem que haja uma definição clara de papéis fomenta tendências à competição entre elas, não só no que tange à definição de suas funções, mas também quanto à escolha de enfoques. Nesse sentido, é oportuno que se desenvolva um modelo que busque:

“Promover uma autêntica coordenação interinstitucional, baseada em uma precisa distribuição de papéis e funções entre todos os atores envolvidos, de modo a obter condições favoráveis à realização de programas articulados, adequadamente focalizados, aplicados fundamentalmente a partir de instâncias locais e a partir de um efetivo protagonismo dos(as) próprios(as) jovens, na sua qualidade de atores estratégicos do desenvolvimento.” (CEPAL, 2000a: 27)

No entanto, deve-se ressaltar que a promoção de políticas públicas a partir deste novo enfoque não constitui uma tarefa simples. Combater a violência, em especial a violência juvenil, atacando a vulnerabilidade, requer a mudança na percepção dos formuladores de políticas latino-americanos sobre o papel de políticas sociais para a construção de uma sociedade mais igual, justa, pacífica e desenvolvida economicamente e a prioridade que essas

políticas devem receber da atenção governamental.

Segundo Kliksberg (mimeo), o obstáculo a ser vencido para concretizar essa mudança de percepção, que é clamada pela população da América Latina, é a superação de premissas falaciosas adotadas pelo modelo de desenvolvimento econômico, em vigência na maioria dos países latino-americanos. Tais premissas fomentam a adoção de políticas insuficientes para solucionar esses problemas e que dificultam a busca de formas alternativas de políticas sociais e econômicas.

O autor cita 10 premissas, que podemos reunir em três conjuntos. O primeiro, está relacionado com a percepção do processo de desenvolvimento econômico. O segundo, com o papel das políticas sociais no desenvolvimento econômico. Por fim, o terceiro conjunto se refere à atuação que deve ser desempenhada pelo Estado, mercado e sociedade civil para a superação dos problemas sociais, tais como pobreza, desigualdades sociais violências entre outros.

É preciso ter claro que a pobreza cria fatores de riscos, que reduzem a esperança de vida e depreciam a sua qualidade. A pobreza, principalmente quando atinge as crianças e os jovens, cria deficiências que comprometem não somente o futuro dos indivíduos, mas o futuro da sociedade em conjunto. A desnutrição infantil é um desses problemas. Crianças que sofrem desnutrição em sua primeira infância tem todo seu desempenho intelectual e físico comprometido pelo resto da vida. Outro problema, já apontado, é o acesso à escola. Segundo a CEPAL (2000b), o tempo mínimo necessário para que a educação possa cumprir um papel significativo na redução da pobreza é de 10 anos de escolaridade. No entanto, a média de anos de escolaridade na América Latina e Caribe é estimada em 5,2 anos, virtualmente a metade do mínimo necessário para se ter possibilidade de superar a pobreza.

A soma da pouca escolaridade com os graves problemas de desnutrição infantil projeta um cenário pessimista sobre a possibilidade de uma parcela significativa da população dessa região em atender às necessidades tecnológicas crescentemente com-

plexas e inovadoras que os setores produtivos mais avançados exigem, impedido que esses países desenvolvam esses setores por falta de recursos humanos adequados.

O segundo conjunto de premissas falaciosas justifica, no entendimento de Kliksberg, a pouca preocupação com políticas específicas para atacar os problemas decorrentes da pobreza e da desigualdade social, marcantes na América Latina, que são fortalecidos por uma crença e que políticas econômicas são políticas sociais de que todos os esforços dos países devam ser no sentido de crescer economicamente. De fato, não se trata de negar que o crescimento econômico é importante, senão ressaltar que é simplificar muito o tema do desenvolvimento e suas dimensões sociais, afirmar que o crescimento econômico sozinho produzirá os resultados necessários para atacar a pobreza e as desigualdades sociais.

É preciso superar o comportamento político corrente que apregoa às políticas sociais a qualidade de categoria de política pública de uso subótimo de recursos, muitas vezes de caráter clientelista, em comparação com a política econômica. É preciso ampliar as metas das políticas sociais, estabelecendo uma ligação entre as políticas desenvolvidas setorialmente para que elas alcancem resultados mais precisos. Como argumenta Tourraine (1997, *apud* Kliksberg), bem desenhadas e executadas as políticas sociais constituem condição indispensável para o desenvolvimento econômico. Como exemplo, podemos citar as políticas que assegurem às meninas e às adolescentes o ingresso e a permanência na escola, além de contribuírem para que os países desenvolvam capital humano, indispensável para inserção mais igualitária nos mercados mundiais, reduz as ocorrências de gravidez na adolescência, de mortalidade materna e infantil, que estão relacionadas com a escolaridade das mães.

Por fim, o terceiro conjunto de argumentos que devem ser superados se referem ao menosprezo do papel que pode ser desempenhado pela sociedade civil nos processos de desenvolvimento e na solução dos problemas sociais e a valorização do mercado frente ao Estado.

As reformas na economia e no Estado, amplamente difundidas nos últimos anos, agravam ainda mais esse quadro de desconfiança na participação da comunidade e do próprio Estado na solução dos problemas sociais. Além disso, o pensamento econômico que orientou todo esses processos de reforma acabou projetando uma idéia maniqueísta do Estado, pela qual toda ação estatal seria negativa à sociedade, e a mudança para a minimização da atuação do Estado com a conseqüente entrega de suas funções ao mercado nos levaria a um reino de eficiência e à solução dos principais problemas sociais e econômicos existentes.

Como já mencionado, desenvolver o capital social, como entendido aqui, implica propiciar o crescimento da participação dos atores na busca das soluções de seus problemas, criar, fortalecer e ampliar redes sociais de cooperação com o intuito de aumentar os recursos materiais e simbólicos dos atores.

Na América Latina, o discurso político tem reconhecido a importância da participação da comunidade de forma cada vez mais ativa na gestão dos interesses públicos, pois seria claramente antipopular enfrentar a pressão em favor da participação. Embora sigam predominando os programas impostos verticalmente – cujos gerentes são pessoas de fora da comunidade que sabem a realidade, e a comunidade desfavorecida deve ser sujeito passivo – disseminam-se programas com bons níveis de participação comunitária.

Todos esses fatores propiciam a prevalência das alternativas de políticas que visam o enfrentamento do problema da violência com o aumento dos efetivos policiais, a alteração dos códigos penais para reduzir supostos "privilégios" e subterfúgios processuais que obstaculizam a ação policial, o aumento dos gastos com segurança pública. Embora os resultados observados dessas políticas não sejam muito animadores, uma vez que a violência e o sentimento de insegurança são crescentes nas cidades latino-americanas.

Por outro lado, soluções alternativas que defendem a adoção de ações preventivas com parcerias entre o Estado e a sociedade civil são deixados para um segundo plano, sendo suas iniciativas, mesmo que bem sucedidas e economicamente mais efi-

cientes, ainda muito esporádicas.

É interessante ressaltar que a superação dessas premissas, que orientam a escolha de políticas nacionais de desenvolvimento, não são suficientes para a solução da violência, porém é imperativa para que os países latino-americanos possam, não somente combater esse problema, mas também adotar políticas sociais mais eficazes para combater a pobreza, as desigualdades sociais e a exclusão social presentes nessas sociedades.

A seguir, indicam-se algumas recomendações com o propósito de incrementar o capital social como forma de combater a vulnerabilidade e, por consequência, a violência urbana.

4. RECOMENDAÇÕES

Em diversos países da América Latina há experiências que oferecem alternativas concretas ao enfrentamento da vulnerabilidade juvenil mediante o fortalecimento dessa parcela da população. Efetivamente, é plausível sustentar que as fragilidades dos serviços públicos prestados nos países da região tenham provocado uma verdadeira profusão de *tecnologias sociais* inovadoras de significativo alcance.

As características básicas dessas novas formas de lidar com a vulnerabilidade do jovem podem ser sumariadas da seguinte forma:

- (a) Têm impacto mobilizador sobre a juventude, seja pela promoção do associativismo ou pelo fortalecimento da auto-estima;
- (b) São pouco custosas do ponto de vista *per capita*, mas têm a capacidade de gerar resultados agregados muito significativos;
- (c) A lógica de seu ciclo de vida é inclusiva, ou seja, a sua reprodução está assentada sobre o princípio do aumento gradual da população atendida;
- (d) São estruturadas de forma a associar a sociedade civil na formulação ou implementação de seus objetivos;
- (e) Promovem uma cultura cidadã até então desconhecida para grande parcela da população juvenil, especialmente aquela que vive em situação de pobreza e tradicionalmente excluídas;
- (f) Algumas das experiências calcam-se em saberes localmente produzidos e, portanto, tendem a oferecer respostas eficazes aos problemas específicos que cada panorama local apresenta.

A recente evolução dessas *tecnologias sociais* é consistente com a redefinição do paradigma de ajuda internacional para o desenvolvimento oriundo de programas bilaterais e multilaterais de financiamento criados após a II Guerra Mundial (isto é, desde 1945). Segundo essa orientação, recursos financeiros internacionais seriam aplicados intensivamente em contextos domésticos de subdesenvolvimento por agências especializadas. Contudo, o exemplo do continente africano, talvez o maior receptor de ajuda

externa, evidenciou a falência do modelo tradicional.

Destarte o debate contemporâneo reconhece que os recursos internacionais são maximizados se programados num modelo de cooperação mais igualitário, em que doador e receptor definem prioridades em parceria, e a sua implementação ocorre mediante o uso extensivo de recursos humanos locais e capacidades existentes. No novo padrão, por outro lado, o investimento externo privilegia aqueles programas que são capazes de atingir diretamente o beneficiário, reduzindo procedimentos burocráticos e providenciando respostas rápidas aos desafios locais¹⁷.

A América Latina tem bons exemplos desse tipo de iniciativa aplicadas ao campo da juventude e geralmente lideradas pelos governos nacionais, com alguma participação de capital do Banco Mundial e do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento, e cooperação técnica do Sistema das Nações Unidas (ONU). Nesse esquema, os organismos internacionais reconhecem que o perfil da atuação de seus técnicos nada pode ter de paternalista porque, ao contrário, trata-se de desenvolver parcerias estratégicas com as autoridades locais e a sociedade civil para formar agendas comuns voltadas a fortalecer aqueles elementos que já existem no país e que são coerentes com os contextos nacionais.

É esse o contexto no qual as agências da ONU vêm-se somando à promoção de *tecnologias sociais* que sejam adequadas para lidar com os desafios que a vulnerabilidade juvenil impõe e para aproveitar a janela de oportunidades que o capital social nacional ou local aporta.

Alguns exemplos de *tecnologias sociais* de êxito vêm sendo desenvolvidas no Brasil mediante uma parceria que agrega as esferas federal, estadual e/ou municipal do aparelho de Estado, instituições internacionais de financiamento e agências da ONU, dentre as quais a UNESCO. Procede-se a uma breve descrição de algumas delas, uma vez que se acredita terem elas podido encontrar respostas ao problema da vulnerabilidade juvenil via fortalecimento do capital social não só dos jovens, mas de todos aqueles

17. Sobre este tema, ver "World Bank: Comprehensive development framework" e edições UNESCO Brasil: "Bolsa escola: melhoria e redução da pobreza", "UNESCO Brasil: novos marcos de ação" e "Cultivando vida, desarmando violências: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situações de pobreza".

que participam ativamente de políticas públicas ou privadas de promoção da juventude.

- **EDUCAÇÃO**

O programa *Bolsa Escola* foi iniciado em 1997 pelo governo do distrito federal (Brasil). Seu objetivo era o de vincular uma renda mínima ao rendimento escolar dos jovens de famílias com baixa renda. O impacto imediato do programa foi apresentado pela UNESCO num trabalho de avaliação (Waiselfisz, 1998c): tornara-se factível tirar os jovens da rua e vincula-los permanentemente ao sistema educativo, contribuindo para quebrar o ciclo de repetência e abandono escolar que caracterizava o perfil educacional local. Três anos mais tarde o programa foi nacionalizado, atendendo a todo o país. O detalhe essencial da versão federal do *Bolsa Escola* é que a liberação das parcelas mensais é realizada por um cartão de crédito entregue ao responsável pelo jovem. A incorporação desse elemento na vida das famílias tem gerado um sentimento de autonomia e confiança antes inexistente, além de desafogar o serviço público da tarefa burocrática de liberar pagamentos a milhares de famílias a cada mês. Em outras palavras, o fortalecimento do capital social serve como instrumento de combate à pobreza e à exclusão de jovens em idade escolar.

- **TRABALHO**

O programa *Artesanato Solidário* é uma iniciativa do Comunidade Solidária que conta com diversos financiadores públicos e privados, além da cooperação técnica da UNESCO. O programa é voltado a populações de municípios do interior do país com Índices de Desenvolvimento Humano abaixo da média nacional e onde há capacidade artística instalada. Mediante a disponibilização de especialistas no assunto, o programa fortalece os recursos humanos locais por meio de auxílio técnico e logístico. Depois de um ano e meio de trabalho conjunto, o consultor apóia os produtores locais no escoamento de sua produção para grandes centros urbanos do país. O programa terminou voltando-se essencial-

mente para mulheres jovens, que em muitas localidades apreenderam um ofício tradicional do lugar e começaram a fazer de sua atividade um meio de subsistência.

- **VIOLÊNCIA JUVENIL**

Com o objetivo de identificar e mostrar em detalhes experiências inovadoras nas áreas de educação para a cidadania, cultura, lazer e esporte com jovens que vivem em situação de vulnerabilidade social, a UNESCO, o BID e a Fundação Kellogg realizaram a pesquisa "Cultivando Vidas, Desarmando Violências" (Castro et al, 2001) a fim de identificar os caminhos alternativos que têm sido percorridos por diversas instituições, que vêm trabalhando pela diminuição dos índices de violência e aumento da auto-estima dos jovens. Observou-se que a arte, a educação, o esporte e a cultura sempre aparecem como contrapontos a situações existenciais de violência entre eles. Tais elementos podem ser utilizados para a construção de espaços alternativos de socialização que permitam a eles se afastarem das ruas, sem lhes negar meios de expressão e de verbalização dos sentimentos de indignação, protesto e afirmação positiva de suas identidades. Além disso, utilizando o poder agregador do lazer, na forma de arte, esporte ou cultura, para ocupar um papel central na construção das relações sociais, dos valores e da identidade da juventude, evitando o isolamento social desse atores.

A análise aprofundada das experiências mostrou que apesar da grande heterogeneidade entre os projetos, manifestada pela diferença de tamanho, financiamento e reconhecimento, as ações de organizações de pequeno e grande porte atingem um denominador comum que é o sucesso de seus objetivos. Coube a UNESCO apoiar essas organizações a fim de fortalecê-las institucionalmente cumprindo assim sua missão de legitimar iniciativas inovadoras no campo das políticas públicas de cunho social.

- **SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA**

A pedido do Banco Mundial, ente financiador do programa

brasileiro de Aids, e do Ministério da Saúde (Brasil), a UNESCO realizou uma pesquisa quantitativa e qualitativa sobre as atividades de prevenção educativa que se conduzem nas capitais do país (Rua, 2001). Foram consultados não somente alunos e professores, mas também os pais de família e os trabalhadores do sistema educacional. Os resultados desse esforço vêm permitindo a redefinição de estratégias no governo que, junto à UNESCO, lançou um esforço para somar parceiros em nível estadual e municipal para a definição de programas de educação preventiva nas escolas.

Em 2001, o Ministério da Saúde (Brasil) e a UNESCO, trabalhando conjuntamente no Grupo Temático do Programa das Nações Unidas para a Aids (UNAIDS), lançaram um *Grupo de Trabalho Jovem sobre Aids*. Selecionaram-se sete jovens lideranças de diversas regiões do país para compor um projeto de debates sistemáticos ao longo de um ano. O resultado desse esforço é a publicação de um guia de recomendações dos jovens para as autoridades públicas locais e nacionais, os diretores de escola e os trabalhadores de saúde.

Uma das vantagens de tal iniciativa foi, por exemplo, descobrir que as demandas, anseios e percepções não são necessariamente consistentes ao longo de diversas regiões. Assim, e a título de exemplo, jovens de grandes capitais tendem a aceitar a idéia de disponibilizar preservativos no ambiente escolar como forma de incentivo ao sexo seguro, enquanto aqueles de cidades do interior pensam que o impacto de uma política dessas seria negativo, uma vez que geraria ainda mais constrangimento em torno a um tema que ainda não é tratado abertamente em espaços públicos nem privados. Isso permite matizar as políticas públicas e incentivar a inclusão de jovens no desenho de planos de ação para a Aids em nível local e regional.

- **LAZER**

A UNESCO através do Programa Abrindo Espaços (UNESCO, 2001), em funcionamento na Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco e Mato Grosso, busca desenvolver um processo edu-

cacional que valorize o indivíduo em sua totalidade, concretizando-se no esforço de realização do objetivo geral de oferecer oportunidades de acesso à cultura, arte e lazer para jovens em situação de vulnerabilidade social, utilizando como estratégia a abertura de escolas nos finais de semana.

Avaliação do programa em execução no Rio de Janeiro, realizada pela UNESCO no ano de 2001 (Abramovay et al, 2001), indicou que ele está colaborando para a mudança do quadro de violência ao aproveitar o espaço escolar como um local de acesso a todos os membros da comunidade, promovendo um tipo de interação capaz de atrair não apenas os jovens regularmente matriculados, mas - e sobretudo - aqueles que ainda não estão.

Insiste-se que políticas públicas em relação aos jovens têm como desafio combinar políticas universais, compreendendo que os jovens não estão isolados em um mundo à parte, e políticas afirmativas, compensatórias, sensíveis à particularidade da identidade juvenil, já que eles compõem uma geração com linguagens, necessidades e formas de ser específicas.

A expressão de tais particularidades pressupõe serem componente de uma democracia participativa em que se atente para os desafios da modernidade – incorporação de novas tecnologias na educação, construção de valores éticos, exercício da crítica social contra exclusões – a fim de lidar com a vulnerabilidade social de forma inovadora, tendo como referência o capital cultural e social relacionado ao protagonismo juvenil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABRAMOVAY, M. WAISSELFISZ, J. J.; ANDRADE, C. C. e RUA, M. G.. (1999) Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília. Rio de Janeiro: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, SETUR e Garamond.

_____ (coord.) et alli. Escolas de paz. Brasília: UNESCO e Governo do estado do Rio de Janeiro, 2001.

ARBLASTER, A. Violência In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. Dicionário do pensamento social do século XX. Jorge Zahar Ed.: Rio de Janeiro: p 803-805,1996.

ARENDT, H. Sobre a violência. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 1994.

_____ Entre o passado e o futuro. São Paulo: Ed. Perspectiva,2001.

ARRIAGADA, Irmã. Famílias vulnerables o vulnerabilidad de las familias? In: CEPAL. Seminario vulnerabilidad, CEPAL, Santiago de Chile: 2001.

BARREIRA, C. Ligado na galera. Brasília: UNESCO, FNUAP, UNICEF, Instituto Ayrton Senna, 1999.

BOURDON, R.; BARRICAUD, F. Violência In: BOURDON, R.; BARRICAUD, F. Dicionário crítico de sociologia. São Paulo: Ed Atica, p. 505-614,1993.

BOURDIEU, P. O poder simbólico, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BREINES, Ingeborg; CONNELL, Robert; EIDE, Ingrid. Male roles: masculinities and violence, a culture of peace perspective. Paris: UNESCO, 2000.

BUSSO, G. Vulnerabilidad social: nociones e implicancias de políticas para Latinoamérica a inicio del siglo XXI. In: CEPAL. Seminario de las diferentes expresiones de la vulnerabilidad social en América Latina y el Caribe, Santiago de Chile: CEPAL, 2001.

CALDEIRA, T. P. R. Crime and individual rights: reframing the question of violence in Latin America. In: JELIN, E; HERSHBERG, E. (Eds.). *Contracting Democracy: human rights, citizenship and society in Latin America*. Bolder, Colorado: Westview Press: 197-211, 1996.

CASTRO, M. G., ABRAMOVAY, M., RUA, M. G. e ANDRADE, E. R. Cultivando vida, desarmando violências: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza. Brasília: UNESCO, Brasil Telecom, Fundação Kellogg, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2001.

_____. (Prelo) Violência na escola: notas sobre el estado del conocimiento.

CELADE ESTUDOS POPULACIONAIS. Santiago de Chile: CELADE, 1998.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL. Physical Fighting among High School Students, United States. MMWR, v.41, n.6, p.91-94, 1992.

_____. Weapon-Carrying among High School Students, United States. 1990. MMWR, v.40, n.40, p.681-684, 1991.

CEPAL. *Panorama social da América Latina*, 1998. Santiago de Chile: CEPAL, 1999.

CEPAL. Adolescencia y juventud en America Latina y el Caribe: problemas, oportunidades y desafíos en el comienzo de un nuevo siglo. Santiago de Chile: CEPAL, 2000a. (Serie Población y Desarrollo; n 9).

CEPAL. Panorama Social de América Latina 2000. Santiago de Chile : CEPAL, 2000b.

COLEMAN, J. Foundations of social theory. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1990.

_____. Social capital in the creation of human capital. American Journal of Sociology, n. 94, (Suplement), 1998.

COLOMBIA. Centro de Referencia Nacional sobre Violencia. Subdirección de Servicios Forenses, Lesiones de causa externa en Colombia. Santa Fé: CRNV, 1996.

COLLIER, P. Social Capital and Poverty. Washington, DC. Development Economics Research Group, World Bank, 1998.

COSTA, J. F. Violência e psicanálise. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

CHAUI, M. Uma ideologia perversa: explicações para a violência impedem que a violência real se torne compreensível. In: Folha de S. Paulo, 14 de março de 1999. (Caderno Mais!, p. 3-5).

CHESNAIS, J. C. Histoire de la violence. Paris: Éditions Robert Laffont, 1981.

DIMENSTEIN, G. Democracia em pedaços: direitos humanos no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

FILGUEIRA, C. H. Estructura de oportunidades y vulnerabilidad social: aproximaciones conceptuales recientes. In: CEPAL. Seminario Vulnerabilidad. Santiago de Chile : CEPAL, 2001.

GANS, J.E.et alii. America's adolescents: how healthy are they? American Medical Association, (Profiles of Adolescents Health Séries; 1), 1990.

GLASER, E.; SACERDOTE, B.; SCHEINKMAN. Crime and social interactions. Quartely Journal of Economics n. 111, pp. 507-548, 1996.

GIDDENS, A. O estado-nação e a violência. São Paulo: EDUSP, 2001.

HAMMETT, M. et alii. Homicide Surveillance: United States, 1979-1988. MMWF, v.41, n.3, p.1-3, 1992.

HYDE, J.S. 'How large are gender differences in aggression?: a developmental meta-analysis. Developmental Psychology, n.20, p.722-736, 1984.

IBGE. Diretoria de Pesquisas. Departamento de População e Indicadores Sociais. Pesquisa de Informações Básicas 1999. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

KLIKSBERG, B. Diez falacias sobre los problemas sociales de América Latina.(mimeografado).

LEDERMAN, D.; LOAYZA, N.; MENENDEZ, A.M. Violence crime: does social capital matter? Washington, DC, Office of the Chief Economist, Latin America and Caribbean Region, World Bank, 2000.

MADEIRA, F. R. Recado dos jovens: mais qualificação. In: CNPD. Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas. Brasília: CNPD/IPEA p. 427-496, 1998.

MESQUITA NETO, P.; SAPORI, L. F.; WANDERLEY, C. B.; VIEIRA, O. V.; FONTES DE LIMA, F. A. TISCORNIA, S. A. Violência do cotidiano. Konrad Adenauer Stiftung, 2001.

MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. Fala galera: juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Fundação Ford, Fundação Oswaldo Cruz e Garamond, 1999.

MOSER, C. Urban violence briefing note: transport water and urban development department. Washington D.C: World Bank, 1996.

MOSER, C. The asset vulnerability framework: reassessing urban poverty reduction strategies. Washington D.C: World Bank, 1998.

MOSER, C. Youth violence in Latin America and the Caribbean: costs, causes, and interventions. Washington D.C: World Bank, 1999.

NARAYAN, D. Cents and sociability: household income and social capital in rural Tanzânia. Washington D.C: World Bank, 1997. (Policy Research Working Paper; 1796)

NOLASCO, S.. De Tarzan a Homer Simpson: banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 2001.

NARAYAN, D. Bonds and brigdes: social capital and poverty. The World Bank Poverty Group. World Bank : Washington DC, 1999.(Artigo não publicado).

Organização Panamericana de Saúde. Informe sobre la salud en las Americas. Washington, D.C.: OPAS, 1998.

PERALVA, A. Violência e democracia: paradoxo brasileiro. Paz e Terra, São Paulo, 2000.

PESQUISA de informações básicas municipais 1999. www.ibge.gov.br/perfil/index.htm. Acesso em: 15.mai.2001.

PINHEIRO, P. S. Prefácio: o passado não está morto, nem passado é ainda. In: DIMENSTEIN G., Democracia em pedaços: direitos

humanos no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

PORTO, M. S. G. A violência entre a inclusão e a exclusão social. VII Congresso Sociedade Brasileira de Sociologia. Brasília, agosto. In: WAISELFSZ, J.. Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

PUTNAM, R. Making democracy work: civic tradition in modern Italy. Princeton University Press, 1993.

RODRIGUEZ. E. Políticas públicas de juventud en América Latina: desafios y prioridades a comienzos de un nuevo siglo. In: BID. Seminario la renovación del capital humano y social: la importancia estratégica de invertir en el desarrollo y la participación de los jóvenes. Washington : BID, 2000.

RUA, M. G.; ABRAMOVAY, M. Avaliação das ações de prevenção às DST/Aids e uso indevido de drogas nas escolas de ensino fundamental e médio em capitais brasileiras. Brasília: UNESCO, UNAIDS, UM ODCCP, Ministério da Saúde, 2001.

RUBIO, M. Perverse social capital: some evidence from Colombia, Journal of Economic Issues, n. 31, p. 805-816, 1997.

SALLAS, A. L. et al. Os jovens de Curitiba: esperanças e desencantos, juventude, violência e cidadania. Brasília : UNESCO, 1999.

SALMI, J. Violence, democracy and education: an analytical framework. LCSHD. Washington, DC: World Bank, 2000.(Paper Series n.56).

SISTEMA de informações sobre mortalidade (SIM). Brasília: Ministério da Saúde/FNS/CENEP. www.saude.gov.br. Acesso em: 15.mai.2001.

TOURAINÉ, A. Por uma nueva política social. El País, 4 de agosto, Madrid, 1997.

UNESCO. Abrindo espaços: educação e cultura de paz. Brasília : UNESCO, 2001.

VIEIRA, O. V. Estado de direito, seus limites e a criminalidade. In: MESQUITA NETO, P. et alii. A Violência do cotidiano. Konrad Adenauer Stiftung, p. 75-92., 2001.

THRASHER, F.M.. The gang. Chicago: University of Chicago Press, IL, 1927.

VIGNOLI, J.R. Vulnerabilidad y grupos vulnerables: un marco de referencia conceptual mirando a los jóvenes. Santiago de Chile: CEPAL, 2001. (Serie Población y Desarrollo, n.17).

WASELFSZ, J. Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília. São Paulo: Cortez Editora, 1998a.

WASELFSZ, J. Mapa da violência; os jovens do Brasil. Rio de Janeiro: UNESCO, Instituto Ayrton Senna e Garamond, 1998b.

_____. Mapa da Violência II: os jovens do Brasil. Rio de Janeiro: UNESCO, Instituto Ayrton Senna e Ministério da Justiça.

AIDS	Acquired Immune Deficiency Syndrome
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CDC	Center for Drugs Control
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CELADE	Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia
DESEPAZ	Desarrollo Seguridad y Paz
DST	Doença Sexualmente Transmissível
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
ISCED	International Standard Classification for Education
MICS	Indicadores de Fins Múltiplos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OPS	Organización Panamericana de la Salud
ONG	Organização Não-Governamental
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RJ	Rio de Janeiro
UNAIDS	Programa Conjunto das Nações Unidas para HIV/Aids
UNDP	United Nations Development Programme
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
US	United States

Lista de Tabelas

1	Domicílio em situação de pobreza e indigência por países da América Latina e Caribe, (%).....	35
2	Taxa de alfabetização da juventude de jovens entre 15 e 24 anos, por países da América Latina, segundo indicadores agregados de educação, 1999.....	39
3	Educação primária ou fundamental (ISCED 1), por países da América Latina, segundo duração e taxas de escolarização, 1998.....	41
4	População urbana de 15 a 24 anos, por países da América Latina, segundo número de anos de instrução, 1996-1997.....	42
5	Educação secundária (ISCED 2 e 3), por países da América Latina, segundo duração e taxas de escolarização, 1998.....	43
6	Taxa anual média de desemprego juvenil, por países da América Latina, 1990-1999.....	48
7	Crianças e adolescentes de 13 a 17 anos que trabalham, por países da América Latina.....	49
8	Mulheres de 20 a 24 anos de idade que entre os 15 e 19 anos tiveram filhos atualmente vivos, por países da América Latina.....	52
9	Jovens de 15 a 24 anos portadores de HIV/Aids na América Latina e Caribe, 2000.....	53
10	População vitimizada, por algum tipo de crime, por grandes cidades da América Latina.....	61
11	Classificação de países da América Latina, por elevação nas taxas de homicídio e outras violências, população total e população de 15-24 anos.....	62

1	Jovens latino-americanos segundo situação de educação e trabalho.....	46
2	Precisa-se de jovem.....	47
3	Vão esmolando.....	50
4	Ficar pelas ruas no final de semana.....	55
5	Os <i>rappers</i> – alternativa às gangues.....	56
6	O tráfico foram (sic) nossos heróis.....	57

NOTA SOBRE OS AUTORES

MARY GARCIA CASTRO é coordenadora de pesquisas da UNESCO. Mestrados em Planejamento Urbano pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Sociologia da Cultura pela Universidade Federal da Bahia. PhD em Sociologia pela Universidade da Flórida, EUA. Possui várias publicações nas áreas de gênero, migrações internacionais, estudos culturais e juventude. Entre trabalhos recentes, destacam-se: "Identidades, Alteridades, Latinidades" (coord.) - Caderno CRH, 32, janeiro-junho 2000; "Cultivando Vidas, desarmando Violências" UNESCO, Brasília, 2001.

MIRIAM ABRAMOVAY é consultora da UNDCP, Banco Mundial, do BID e outros organismos internacionais, em pesquisas e avaliações em questões de gênero, juventude e violência. Graduação em Sociologia e Ciências da Educação pela Universidade de Paris, França (Paris VII - Vincennes) e mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil. Entre os muitos trabalhos publicados registram-se "Gangues, Galeras, Chegados e Rappers", Ed. Garamond, Rio de Janeiro, 1999; "Escolas de Paz" Edições UNESCO, Brasília, 2001.

LEONARDO DE CASTRO PINHEIRO é assistente de pesquisas da UNESCO. Graduado em Ciência Política pela Universidade de Brasília. Participação em pesquisas sobre organizações não-governamentais, meio ambiente, juventude e violência. Entre os trabalhos mais recentes em que colaborou destacam-se "Cultivando Vidas, Desarmando Violências" (Castro et al, UNESCO, Brasília, 2001) e "Violências na Escola", UNESCO (no prelo).

FABIANO DE SOUSA LIMA é assistente de pesquisas da UNESCO. Mestrado em Ciência Política pela Universidade de Brasília. Participações em pesquisas de juventude e violência e avaliações de políticas governamentais e programas orçamentários. Entre os recentes trabalhos em que participou destacam se "Avaliação das

Ações de Prevenção às DST/Aids e Uso Indevido de Drogas nas Escolas em Capitais Brasileira" (Rua et al, Edições UNESCO, 2001) e "Violências na Escola", UNESCO (no prelo).

CLAUDIA DA COSTA MARTINELLI é assistente de pesquisas da UNESCO. Cursa Ciência Política na Universidade de Brasília. Participações como colaboradora em pesquisas de juventude, violência e gênero e avaliações de programas governamentais. São trabalhos dos quais participou: "Violências na Escola", UNESCO (no prelo) e "Avaliação das Ações de Prevenção às DST/Aids e Uso Indevido de Drogas nas Escolas em Capitais Brasileira" (Rua et al, Edições UNESCO, 2001).